



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE OLIVEIRA DE FRADES



PROJECTO EDUCATIVO

2012/2015

ÍNDICE

1 – INTRODUÇÃO	4
2 – DEFINIÇÃO DE ESCOLA	5
3 – ONDE ESTAMOS?	8
3.1 – FORMAÇÃO/CONSTITUIÇÃO DO AGRUPAMENTO	8
3.2 – CARATERIZAÇÃO CONTEXTUAL - CARATERIZAÇÃO DO MEIO E DA ESCOLA	8
4 – ANÁLISE “SWOT”	36
5 – COMO NOS ORGANIZAMOS	39
6 – O PROJETO	40
6.1 - MISSÃO	40
6.2 - VISÃO	40
6.3 – OBJETIVOS, METAS E INDICADORES DE MEDIDA	41
7 – AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO	51

ANEXOS

ANEXO I – CRITÉRIOS GERAIS PARA CONSTITUIÇÃO DE TURMAS	52
ANEXO II – NEE DE CARÁTER PERMANENTE – AS NOSSAS RESPOSTAS	54
ANEXO III – PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA DISCIPLINA	60

Todas as flores do futuro estão nas sementes de hoje.

Provérbio chinês

Não há caminho, caminhante, o caminho faz-se ao andar.

António Machado (poeta espanhol)

PROJETO EDUCATIVO

É um documento de carácter pedagógico que, elaborado com a participação da comunidade educativa, estabelece a identidade própria de cada escola através da adequação do quadro legal em vigor à sua situação concreta, apresenta o modelo geral de organização e os objetos pretendidos pela instituição e, enquanto instrumento de gestão, é ponto de referência orientador na coerência e unidade da ação educativa.

In Costa, Adelino – “Gestão escolar, participação, autonomia, projeto educativo da escola”, Texto Editora, Lisboa, 1991.

1 – INTRODUÇÃO

“Entende-se por autonomia da Escola a capacidade de elaboração e realização de um projeto educativo em benefício dos alunos e com a participação dos intervenientes no processo educativo”. Decreto-lei n.º 43/89, art. 2º.

O Projeto Educativo (PE) é um texto provisório, em aberto, uma permanente construção de todos os atores educativos e a sua formação deve assentar numa discussão aberta, interessada e atuante.

Assim, o PE deve ser entendido como um processo *continuum*, flexível e evolutivo, contemplando a diversidade de contextos, assente na realidade local.

Neste sentido, de acordo com o artigo 77.º da Constituição da República Portuguesa, a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) prevê “desenvolver o espírito e a prática democrática, através da adoção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa”.

Com a implementação da Reforma Educativa, surgiram diplomas legais que levam a Escola, na sua autonomia, a poder responder com mais eficácia aos problemas e anseios da comunidade educativa, que esta serve, possibilitando, assim, uma maior identidade a cada escola, nomeadamente através da elaboração de projetos educativos próprios.

O Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro, considera, no seu preâmbulo, que “a autonomia das escolas concretiza-se na elaboração de um projeto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro dos princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e da adequação a características e recursos da escola e às solicitações e apoios da comunidade em que se insere”.

O PE, além de constituir uma exigência formal, visa tornar-se um instrumento pedagógico referencial que viabilize a busca da sua identidade e procure satisfazer as principais necessidades e aspirações da comunidade educativa, valorizando as suas potencialidades e as do meio em que se insere.

Este documento é pois o projeto educativo do Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades para o triénio 2012/2015, elaborado de acordo com o Decreto-Lei 75/2008 de 22 de abril, a LBSE e as orientações do Programa Educação/2015, constituindo-se como um referente interno no processo de Avaliação do Desempenho Docente (ADD).

O PE do Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades pretende contribuir para a atualização permanente da prática pedagógica e a criação de uma comunidade educativa alargada, dinâmica, interventiva, participativa do processo educativo global.

Pretende-se também que o PE seja o suporte de toda a atividade educativa das escolas e jardins de infância que constituem o agrupamento.

Com ele pretendemos definir a nossa identidade, delinear metas e objetivos a atingir na consecução das etapas do processo educativo.

A sua estrutura permite:

- Conhecer os diversos contextos que tornam este espaço educativo único, organizado, respeitando os normativos legais, e adequado às características de toda a comunidade;
- Estabelecer os princípios orientadores, os objetivos gerais e as metas a atingir;
- Elencar propostas de intervenção e metodologias a adotar;
- Orientar na reflexão sobre o seu grau de eficácia.

Em anexo, apresentam-se os critérios para a constituição de turmas e as adequações relativas ao processo de ensino e aprendizagem, de caráter organizativo e de funcionamento, para responder adequadamente às necessidades educativas especiais de caráter permanente dos alunos deste agrupamento de escolas, conforme prevê o artigo 4º do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro.

2 – DEFINIÇÃO DE ESCOLA

“A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram.”

(Lei de Bases do Sistema Educativo)

Nos últimos anos, com uma velocidade vertiginosa, assistimos a profundas mudanças ideológicas, culturais, sociais e profissionais, na sociedade em geral e na Escola em particular. Num mundo de mudanças, onde se vive o risco e a incerteza, é necessário desenvolver novas racionalidades, outros valores e arriscar novos códigos de conduta individuais e organizacionais.

Neste contexto, é importante que se olhe a Escola com um outro ‘olhar’ ganhando dimensão a sua qualidade educativa, de organização específica de educação formal cuja realidade é socialmente construída por uma multiplicidade de atores com formação,

percursos e perspectivas educativas diferentes, mas que devem convergir para um propósito comum – melhorar a qualidade do ensino e da educação, de modo a responder às necessidades de cada indivíduo e do meio. Será, pois, como um *locus* de encontros e relações que a Escola se vai construindo e ganhando a personalidade própria que a caracteriza e formaliza os comportamentos dos seus membros.

A Escola não pode ignorar que é uma instituição que educa através da sua própria organização, regras e cultura. Uma parte significativa das aprendizagens dos alunos resulta do currículo oculto desenvolvido no interior da própria Escola. Ao longo dos anos de escolarização os contextos institucionais modelam a personalidade dos alunos, pois o sistema social escolar influencia significativamente a definição de papéis, normas, expectativas, valores e crenças que os alunos interiorizam e, por consequência, condiciona o seu aproveitamento mas também a sua personalidade e as suas respostas afetivas. Assim, importa incrementar uma verdadeira cultura de escola, estruturante do seu funcionamento e capaz de aglutinar todos os seus atores em torno de um projeto educativo de escola comum e partilhado, de aumentar a sua eficácia e de conduzir os alunos a um bom rendimento escolar e a uma boa formação no domínio axiológico.

A Escola existe para prestar um serviço às famílias e à sociedade com quem estabelece um compromisso moral – educar, formar indivíduos responsáveis, cidadãos conscientes e participativos, com uma efetiva implementação do princípio da igualdade de oportunidades para o sucesso escolar, dando-lhes as ferramentas necessárias à plena integração num mundo cada vez mais globalizado e dinâmico. Com o objetivo de ser uma *‘people processing organization’*, a nossa escola deve preocupar-se com o sucesso dos alunos tanto ao nível das aprendizagens como ao nível da sua formação global como indivíduos, pelo que deve pugnar por uma cultura capaz de educar para a cidadania – para a competência, para a responsabilidade e para o civismo.

Numa dinâmica de inclusão e participação defendemos uma escola que aceita a diversidade, capaz de integrar a unidade e o pluralismo, reconhecendo as diferenças e fazer com que elas sejam origem de inovação e enriquecimento recíprocos. A ideia de interação como algo que preencherá a relação humana é assumida como essencial para a criação de um melhor ambiente para a aprendizagem e para o desenvolvimento das relações interpessoais. Esta é uma exigência de uma Escola melhor e mais eficaz, uma Escola verdadeiramente inclusiva onde no *child left behind*. E, face à multiplicidade de formas de viver, aprender, conhecer e produzir que coexistem e que contribuem para a sua renovação criativa, a nossa escola tem de ser um espaço aberto à mudança. Mudança de mentalidades

e atitudes, de práticas pedagógicas, com implicações profundas no plano da organização e da gestão curricular e no descentramento das respostas às questões educativas.

Estas mudanças são ainda reclamadas pelas novas atribuições cometidas à Escola, nomeadamente no que se refere à inserção na sociedade num *continuum* de educação ao longo da vida. A elevação dos níveis de qualificação da população adulta do concelho (e dos concelhos da área de influência do agrupamento) deverá ser igualmente um objetivo estratégico em consonância com a aposta nacional feita neste domínio.

Entretanto, subsiste em muitos lugares a ideia de que as escolas simplesmente funcionam. Cada ano, cada dia, repetem-se as mesmas rotinas sem sabermos muito bem porquê e para quê. Importa que o nosso agrupamento se confronte com o desenrolar da sua atividade num processo holístico simultaneamente avaliativo e formativo. O nosso agrupamento deve assumir uma atitude antecipativa em vez de adaptativa, antever a concordância do poder legislativo com vista a dotar-se de capacidade de funcionar. É necessário, pois, transformar o nosso agrupamento numa organização aprendente. Numa organização capaz de se autoavaliar, porquanto a autoavaliação proporciona o conhecimento necessário para orientar a mudança, no sentido da melhoria da qualidade e do sucesso escolar ao permitir identificar os setores bem sucedidos, mas também aqueles que revelam problemas. A implementação de uma verdadeira cultura de autoavaliação deverá ser um dos principais pilares fundacionais da escola e do projeto educativo da escola.

A exigência crescente de uma sociedade global, assente no primado da informação e da técnica, leva-nos a estar atentos às novas tecnologias da comunicação e informação. A escola deve estar atenta a esta realidade e incrementar e universalizar o uso dessas tecnologias sempre com os olhos no desenvolvimento integral dos alunos e dos restantes atores educativos.

A prossecução desta nossa conceção de Escola exige esforços contínuos na conquista de uma maior autonomia para o nosso agrupamento para que possamos conceber um projeto adaptado ao seu contexto, capaz de responder às necessidades dos seus destinatários, que mobilize todos os atores da instituição e que permita gerir o currículo em conformidade com a realidade dos seus alunos.

3 – ONDE ESTAMOS?

3.1 – FORMAÇÃO/CONSTITUIÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades foi criado por despacho do Exmo. Senhor Secretário de Estado da Educação em 29 de março de 2010. É constituído pela totalidade dos jardins de infância e escolas do 1.º ciclo do concelho, pela Escola Básica nº 2 de Oliveira de Frades e pela escola sede: Escola Básica e Secundária de Oliveira de Frades.

3.2 – CARACTERIZAÇÃO CONTEXTUAL - CARACTERIZAÇÃO DO MEIO E DA ESCOLA

Enquadramento Territorial e Contextualização da Realidade Sócio-Educativa (Adaptado da Carta Educativa)

O concelho de Oliveira de Frades tem 145,4 Km² de área (segundo o I.N.E.) e integra 12 freguesias, duas das quais, Arca e Varzielas, que se encontram separadas do núcleo mais extenso e estão inseridas entre os concelhos de Vouzela, a norte, e de Tondela, a sul. O concelho confina, a nordeste, com o de Vale de Cambra, a sul com os de Vouzela, Águeda e Tondela, a leste, com os de São Pedro do Sul e Tondela e a oeste com o de Sever do Vouga. As freguesias de Arca e Varzielas situam-se no Caramulo e a norte-sul situam-se as freguesias de São João da Serra, Sejães, Pinheiro de Lafões, Reigoso e Destriz. Mais a ocidente temos as freguesias de Ribeiradio e Arcozelo das Maias e mais a leste temos São Vicente de Lafões e Souto de Lafões.

O zonamento do concelho de Oliveira de Frades foi elaborado seguindo uma lógica de proximidade física e a existência de características semelhantes entre as freguesias.

(...), O concelho foi criado em 1834, extinto logo a seguir (1836) e restaurado a 7 de Outubro de 1837. Com o reordenamento da estrutura jurídico-administrativa de 1855, foi ampliado. Retiradas algumas freguesias em 1871, ficou, a partir daí, com a constituição atual.

Quadro 1 - Resumo das freguesias

Localidade	Endereço	Habitantes	Área (ha)
Arca	- 3475 Caramulo	387	911
Arcozelo das Maias	- 3680 Arcozelo das Maias	1 617	2 107
Destriz	- 3680 Destriz	397	1 286
Oliveira de Frades	- 3680 Oliveira de Frades	2 410	1 177
Pinheiro	- 3680 Oliveira de Frades	1 369	2 225
Reigoso	- 3680 Oliveira de Frades	375	1 272
Ribeiradio	- 3680 Ribeiradio	1 208	1 517
São João da Serra	- 3680 São João da Serra	643	1 221
São Vicente de Lafões	- 3680 S. Vicente de Lafões	793	778
Sejães	- 3680 Sejães	249	551
Souto de Lafões	3680 Souto de Lafões	703	576
Varzielas	3475 Varzielas	434	1124

Figura 1- Enquadramento Territorial do Concelho

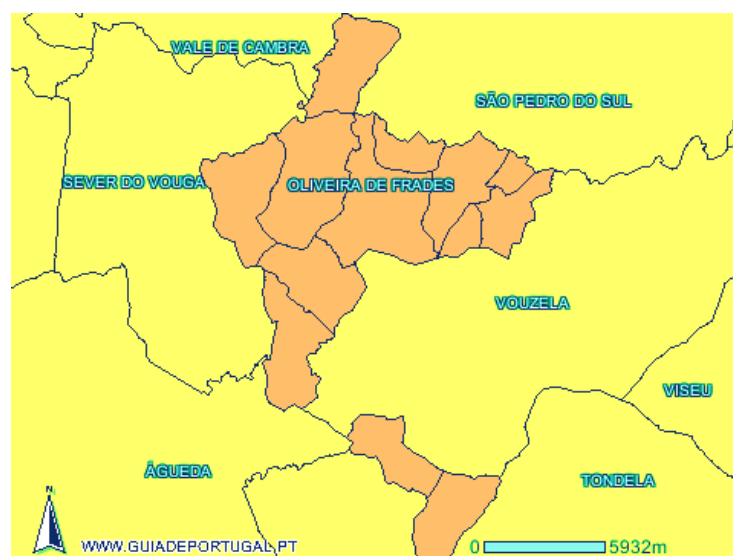


Figura 2- Enquadramento Territorial do Concelho e Freguesias



A sede do concelho dista, aproximadamente, 300 Km de Lisboa, 100 km do Porto e de Coimbra, 56 Km de Aveiro e 35 km de Viseu.

O concelho é atravessado pela A25. Esta via estruturante proporciona uma boa acessibilidade ao porto marítimo de Aveiro, à fronteira de Vilar Formoso, a Viseu e, ainda, às cidades do Porto e Coimbra, através da ligação à A1. A sua existência tornou mais fácil a circulação de pessoas e bens e perspetivou possibilidades de desenvolvimento. É esta acessibilidade que permite que a maioria dos docentes, que residem fora do concelho, principalmente no concelho de Viseu e no distrito de Aveiro, se desloque, diariamente, não havendo a necessidade de fixarem a sua residência no concelho de Oliveira de Frades.

Outra via particularmente importante é a EN16 que serve muitos dos aglomerados populacionais mais dinâmicos e funciona como “corredor” de ligação entre as outras vias, que permitem o acesso às restantes povoações do concelho. Estabelece ainda a ligação às sedes dos concelhos limítrofes de Sever do Vouga, São Pedro do Sul e Vouzela.

A fácil acessibilidade potencia as possibilidades de desenvolvimento das capacidades endógenas do concelho de Oliveira de Frades que, pela sua localização geográfica, estabelece a união entre o litoral e o interior beiraltino, situação que contribui para impulsionar, positivamente, o seu progresso.

A instalação de numerosas fábricas e consequente expansão do setor secundário, verificada nas últimas décadas, e ainda o incremento da atividade turística, vêm confirmar as expectativas acima enunciadas.

O município sofreu uma verdadeira revolução industrial nos últimos 20 anos. Uma população que era tendencialmente agrícola, 69% em 1981, passou a trabalhar na indústria.

Evolução demográfica

Em termos demográficos pode dizer-se que em 1960 a população do concelho era ainda relativamente jovem, com 29,1% de habitantes com menos de 15 anos e 11,8% com idade igual ou superior a 65 anos. A diminuição dos efetivos populacionais com idades compreendidas entre os 20 e os 50 anos foi devida à emigração da década de 50, com a fuga maciça da população ativa para França e Alemanha.

Em 1970 notava-se uma diminuição muito acentuada dos efetivos populacionais dos escalões etários correspondentes à população ativa, mais assinalada nos homens por serem eles os que mais emigravam e devido, também, à guerra colonial. A classe dos 0 aos 4 anos aparecia, consequentemente, em diminuição e era evidente, também, o aumento do topo da pirâmide etária.

Em 1981, com o retorno dos emigrantes e o fim do conflito nas antigas colónias, verifica-se um aumento nos efetivos populacionais em idade ativa (principalmente homens), mas continua a manter-se a diminuição de nascimentos, resultante da alteração generalizada das opções socioculturais das populações neste domínio.

Quadro 2 – População por Grupos Etários, em 1991, 2001 e 2011

Grupos de Idades	1991	2001	2011
	Total	Total	Total
0-14	2354	1830	1544
15-24	1598	1583	1183
25-64	<u>4798</u>	<u>5107</u>	<u>5359</u>
65 ou mais	1834	2064	2175
TOTAL	10 584	10 584	10261

Em 1991 salienta-se uma maior representatividade da população ativa (dos 25 aos 64 anos). A esperança de vida aumenta para os idosos e a representatividade dos jovens é menor pela diminuição progressiva da fecundidade.

Em 2001 acentua-se a tendência para o duplo envelhecimento traduzido na redução da base e na ampliação do topo da pirâmide etária. No entanto, a estrutura etária do concelho de Oliveira de Frades revela, em 2001, que a maioria da população pertence ao escalão dos 15-64 anos.

Em relação aos últimos censos já é possível aferir que a tendência de 2001 aparece reforçada. Como podemos constatar reduz o número população entre os 0-14 anos e aumenta a classe dos 65 ou mais anos, sendo bem vincada a alteração verificada no primeiro caso. Por outro lado continuamos a assinalar um acréscimo, significativo, no grupo da população ativa.

Conclui-se que o concelho detém, nesta data, uma estrutura etária predominantemente em idade ativa e uma dinâmica demográfica consideravelmente superior.

Quadro 3 - Evolução da População Total Residente em Oliveira de Frades

Concelho	1981	1991	2001	2002	2006	2007	2011
Oliveira de Frades	10 391	10 584	10 584	10 547	10 634	10 630	10 261

Da análise do quadro apresentado podemos aferir que, entre 1981 e 2011, registámos alguns anos com uma evolução positiva da população residente no nosso concelho. Esta tendência inverteu-se nos anos de 2001, em que assistimos a uma estagnação, e em 2002, 2007 e 2011 em que apresentou um decréscimo, sendo o de 2011 o mais significativo.

Importa referir que, a evolução dos dados entre 2001 e 2011, demonstra que Oliveira de Frades sofreu um decréscimo populacional de 3%, o menor dos três concelhos da região de Lafões; São Pedro do Sul e Vouzela registaram uma diminuição, na população residente, superior a 10%.

O comportamento demográfico que se tem verificado neste território foi fortemente influenciado pela mobilidade demográfica, onde sobressai a emigração temporária e o regresso de emigrantes, bem como as migrações diárias para o concelho de Oliveira de Frades, nos anos mais recentes. O decréscimo da população do concelho pode ser explicado por diversos fatores, nomeadamente, o declínio da taxa de natalidade, o que, por conseguinte, poderá resultar no consequente envelhecimento da população.

Em relação às famílias constituídas no nosso concelho, apesar do decréscimo verificado no total da população residente, estas aumentaram de 3 369 famílias em 2001, respeitante a 10 584 habitantes, para 3 631 num universo de 12 261 cidadãos.

Quadro 4 - Distribuição da População Residente no Concelho em 1991, 2001 e 2011, por sexo

Freguesia	Número de Habitantes - População Residente em 1991			Número de Habitantes - População Residente em 2001			Número de Habitantes - População Residente em 2011		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Arca	442	202	240	387	183	204	359	177	182
Arcozelo das Maias	1742	845	897	1617	788	829	1364	658	706
Destriz	480	241	239	397	191	206	347	160	187
Oliveira de Frades	2040	966	1074	2410	1148	1262	2882	1366	1516
Pinheiro de Lafões	1333	661	672	1369	674	695	1277	609	668
Reigoso	390	186	204	375	174	201	341	156	185
Ribeiradio	1287	613	674	1207	576	631	1011	469	542
São João da Serra	719	332	387	643	302	341	524	236	288
São Vicente de Lafões	747	361	386	793	390	403	756	355	401
Sejães	259	119	140	249	120	129	200	103	97
Souto de Lafões	627	310	317	703	329	374	841	401	440
Varzielas	518	242	276	434	211	223	359	174	185
Total	10584	5078	5506	10584	5086	5498	10261	4864	5397

Numa análise mais detalhada dos dados referentes ao nosso concelho podemos concluir que Oliveira de Frades, sede de concelho, bem como Arcozelo das Maias, são as freguesias que se destacam com mais população residente, em detrimento de Reigoso e Sejães que registam o menor número de habitantes.

Mediante a evolução da população residente, em cada freguesia, podemos verificar que todas assinalaram alterações, mas nem sempre com a mesma tendência da variação registada na população total do concelho. Podemos constatar que Oliveira de Frades e Souto de Lafões mantêm um acréscimo, significativo, no número de residentes, em ambos os períodos.

Constatamos, também, que as áreas mais rurais vão perdendo população, a favor da sede de concelho, o que pode ser justificado pelo facto de ser neste local que se localizam os principais serviços, equipamentos e infraestruturas.

Caracterização Económica

No que diz respeito à caracterização económica de Oliveira de Frades, esta é muito marcada por um setor primário em decadência (tal como se verifica a nível nacional) e uma ascensão do setor secundário e terciário. De acordo com os últimos dados disponíveis, o setor secundário é o que concentra o maior número de ativos empregados (população ativa), apesar disso, o setor terciário apresenta valores bastante semelhantes.

Este facto é determinado, essencialmente, pela grande zona industrial que detemos, composta por várias empresas nacionais e multinacionais, as quais empregam uma parte

muito significativa da nossa população, o que minimiza os problemas de desemprego no nosso concelho. Esta realidade reflete a boa situação económica do concelho.

Em termos de associativismo, equipamentos desportivos e culturais existem algumas associações em atividade no concelho, o que reflete a dinamização e empenho por parte da população. A nível cultural, Oliveira de Frades encontra-se numa fase de dinamização, quer ao nível da construção de novos equipamentos e recuperação dos existentes, quer em termos do desenvolvimento, periódico, de importantes iniciativas.

Ao nível da habitação social o concelho de Oliveira de Frades possui 44 fogos, distribuídos por várias freguesias do concelho, designadamente Arcozelo das Maias, Oliveira de Frades, Pinheiro de Lafões, Ribeiradio e Souto de Lafões.

O ambiente foi outro dos campos analisados, assinalando-se que ao nível da água, a grande maioria da população está servida, no concelho de Oliveira de Frades. Em relação à recolha de lixo, conclui-se que 100% da população beneficia deste serviço.

Relativamente à floresta destacam-se as medidas em execução e de prevenção aos incêndios.

Migrações no Concelho

A migração é um fenómeno que também marca este concelho. No passado verificou-se que um grande número de população residente emigrou para o estrangeiro, principalmente à procura de melhores condições de vida, passando pela procura de um novo emprego, melhor remunerado.

Com o passar dos anos, com o 25 de Abril de 1974, com o grande desenvolvimento deste concelho, destacando-se a sua expressiva zona industrial, entre outros fatores, assiste-se ao regresso de muita população que tinha emigrado, devido ao aumento significativo dos postos de trabalho industriais, fazendo do concelho um centro para onde convergiram algumas iniciativas industriais. Regista-se que aumentou a dimensão média dos estabelecimentos industriais e, conseqüentemente, houve um acréscimo de emprego.

O nosso concelho, inicialmente caracterizado pela emigração, passou a ser também caracterizado pela imigração. Hoje em dia, também se destacam, fortemente, as migrações pendulares, em que no início do dia entra muita população, vinda de outros concelhos, e no final do dia, regressa a casa. Este tipo de migração, frequentemente, é causado por motivos profissionais. São de destacar, os concelhos de Tondela, Viseu, Sever do Vouga, Aveiro, Coimbra, entre outros.

O saldo migratório é positivo, traduzindo-se num crescimento migratório, em que se verifica que a grande maioria são indivíduos do sexo feminino que procuram uma “solução” no concelho de Oliveira de Frades.

O QUE TEMOS NO CONCELHO

Zonas industriais - Oliveira de Frades e Reigoso.

Eletricidade - Cobertura total.

Vias de comunicação - A25, EN16, EN333-2, EN333-3, EM 617, EN 230, EM 619 e Aeródromo Pedra da Broa.

Bandas de Música - Oliveira de Frades, Ribeiradio e Sobreira.

Ranchos Folclóricos – São João da Serra e Nespereira.

Ensino - 14 Jardins de Infância, 14 Escolas do 1.º Ciclo, Escola Básica Nº 2 e Escola Básica e Secundária de Oliveira de Frades.

O QUE TEMOS NA SEDE DE CONCELHO

Câmara Municipal

Junta de Freguesia

Misericórdia N. Sr.ª dos Milagres - Creche, Jardim-de-Infância, ATL e Lar de Idosos.

Feira - Nas segundas-feiras seguintes aos segundo e quarto domingo de cada mês.

Associações desportivas, culturais e recreativas – GDOF, ACOF, ACROF, FORMA e Lendas e Aventuras.

Estação de camionagem

Espaço Internet

Cineteatro

G. N. R.

ASSOL

C. T. T.

Bombeiros

Palácio da Justiça – Tribunal e Registo Civil Predial.

Notário

Instalações Desportivas - Pavilhão Gimnodesportivo (anexo à Escola Básica e Secundária), Campos de futebol, Campos de ténis e Piscinas (uma coberta).

Oito instituições bancárias

Repartição de Finanças

Restauração - Cafés, restaurantes, pastelarias e padarias.

Superfícies comerciais - Pequenas superfícies e comércio tradicional.

Ensino – Jardim de Infância do Olheirão, Jardim de Infância da Misericórdia, EB1 N.º 1, EB1 N.º 2 e Escola Básica e Secundária.

O AGRUPAMENTO

O ensino público pós-primário (atuais 5º e 6º anos de escolaridade) inicia-se no ano letivo de 1971-72 com a criação da Escola Preparatória do 2º Duque de Lafões, por Portaria nº 446/71, publicada no Diário do Governo nº196, 1ª série, de 20-08-1971, ao tempo do Ministro da Educação, Professor Veiga Simão.

Esta escola ficou a funcionar em parte das instalações do Colégio local (Externato Lafonense), que manteve ainda a seu cargo os 7º, 8º e 9º anos até ao final do ano letivo de 1978-79, altura em que definitivamente encerrou.

Por Despacho nº 99/79, de 12 de setembro, da Secretaria de Estado dos ensinos básico e secundário, é autorizado o curso geral unificado (7º, 8º e 9º anos) na Escola Preparatória, que vem a transformar-se em Escola C+S (Preparatória e Secundária).

O 10º ano é depois criado nesta escola pelo despacho nº 141/MEC/87, de 1 de junho, e sequencialmente os 11º e 12º anos.

Em 27 de dezembro de 1984, a Direção das construções escolares do centro fazia o anúncio do concurso público para a empreitada de construção das novas instalações da Escola Secundária de Oliveira de Frades (SU24T), que vieram a ser inauguradas em 1987 pelo Secretário de Estado José Alarcão Troni.

Apesar de planificada e construída como secundária, manteve no seu funcionamento a designação de C+S, passando mais tarde à de Escola Básica 2,3/Sec., visto abranger os 2º e 3º ciclos do ensino básico e também o secundário (do 5º ao 12º anos).

A Escola Básica Integrada de O. de Frades foi criada pela Portaria nº 495/1995, de 24 de maio e entrou em funcionamento no ano letivo 1995/1996. No ano letivo 2003/2004 passou a ser a escola sede do Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades, agrupamento que englobava todos os estabelecimentos de ensino espalhados pelas 12 freguesias do concelho, à exceção da Escola Básica e Secundária.

Desde 1 de julho de 2010 que o antigo agrupamento de escolas se agrupou com a Escola Básica e Secundária de Oliveira de Frades, constituindo-se em novo agrupamento, ficando esta como a escola sede do novo agrupamento.

De momento, a escola-sede faz parte da fase III de intervenção pela “Parquescolar” nas escolas secundárias, albergando todos os alunos dos 2º, 3º ciclos e ensino secundário do concelho. Enquanto a antiga EBI, agora designada EB nº2 de Oliveira de Frades, será requalificada e será aí construído o futuro Centro Escolar de Oliveira de Frades e cuja criação se encontra enquadrada na Carta Educativa do nosso concelho, homologado em 2007 pela Exma. Sra. Ministra da Educação. Esse centro escolar servirá 10 freguesias do concelho (excetuam-se as freguesias de Ribeiradio e Arcozelo das Maias); disponibilizará um conjunto de espaços e funcionalidades, que contribuirão para a melhoria da qualidade educativa dos alunos do 1º ciclo, em detrimento da dispersão que existente atualmente, que a condiciona e permitirá favorecer uma melhor oferta educativa e uma melhor integração da criança na escola;

O Agrupamento integra:

- **14 Jardins de Infância**, com 15 salas em bom estado de conservação (exceto uma, que é razoável), que comportam **199 crianças**;
- **14 Escolas do 1.º Ciclo**, com um total de 30 salas que comportam **436 alunos**;
- **A Escola Sede** alberga 51 turmas que comportam **972 alunos**, com a seguinte distribuição:

5.º ano - 6 turmas

6.º ano - 6 turmas

7.º ano - 5 turmas

8º ano - 6 turmas "normais" + 1 turma PCA + 2 turmas CEF

9.º ano - 6 turmas normais + 1 turma CEF

10.º ano - 4 turmas normais (3 turmas de científicos + 1 turma de humanidades) +
2 turmas profissionais

11.º ano - 4 turmas normais (3 turmas de científicos + 1 turma de humanidades) +
2 turmas profissionais

12.º ano - 4 turmas normais (3 turmas de científicos + 1 turma de humanidades) +
2 turmas profissionais.

OFERTA EDUCATIVA e OFERTA FORMATIVA

A oferta educativa e a oferta formativa atuais do Agrupamento de escolas de Oliveira de Frades abrange vários níveis de ensino:

<u>Ciclos/níveis de ensino</u>	<u>Oferta educativa e Oferta formativa</u>
<u>PRÉ-ESCOLAR</u>	Oferta Educativa <i>Áreas de conteúdo:</i> Formação Pessoal e Social Conhecimento do Mundo Linguagem oral e abordagem à Escrita Matemática Tecnologias de Informação e Comunicação Expressão e Comunicação (plástica, música, dramática, motora, dança) Oferta formativa Componente de apoio à família Atividade Física e Desportiva
<u>ENSINO BÁSICO</u>	1º Ciclo - AEC's (Ensino da Música, Atividades lúdico-expressivas, Ensino do Inglês e Atividade Física, Desportiva e Apoio ao Estudo)
	2º Ciclo
	3º Ciclo (com oferta de Espanhol, Música e Dança)
	CEF de Instalação de Equipamentos Eletromecânicos Industriais – Nível II Tipo 2
	CEF de Pastelaria/Panificação - Nível II Tipo 2
<u>ENSINO SECUNDÁRIO</u>	Curso de Ciências e Tecnologias
	Curso de Línguas e Humanidades
	Curso Profissional de Técnico de Gestão (1º ano)
	Curso Profissional de Produção em Metalomecânica – Programação e Maquinação (ano 1)
	Curso Profissional de Turismo Ambiental e Rural (ano 2)
	Curso Profissional de Manutenção Industrial – Eletromecânica (ano 2)
	Curso Profissional de Técnico de Gestão (ano 3)
	Curso Profissional de Técnico de Energias Renováveis – Variante Eólicas (ano 3)

A informação apresentada refere-se ao ano letivo 2011/2012 pois a oferta educativa é anualmente reajustada num processo que envolve os órgãos e estruturas educativas da escola, bem como instâncias representativas da comunidade envolvente.

O agrupamento de escolas pretende ser uma referência nas áreas de serviços e de eletromecânica do ensino técnico e profissional.

PRÉ- ESCOLAR

“A Educação Pré-Escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da acção educativa da família... favorecendo o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário” (Lei nº 5/97) e destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico.

Em parceria com o Agrupamento, a autarquia tem promovido um projeto de Atividade física e desportiva, o qual abrange natação e ginástica, destinado a todas as crianças que frequentam o ensino pré-escolar.

Ambas as atividades são gratuitas, com uma periodicidade quinzenal, sendo realizadas alternadamente, com duração de 30 minutos cada sessão e desenvolvidas por técnicos especializados na área.

Durante o presente ano letivo, devido à indisponibilidade de transporte, apenas foi possível implementar a ginástica. Estando a decorrer obras na Escola Secundária, este local não apresenta condições para disponibilizar o serviço de refeições e Atividade física para todos os alunos. Por conseguinte, a autarquia tem afeto os meios necessários para garantir que estes serviços se realizem noutros locais.

PRIMEIRO CICLO

As Atividades de Enriquecimento Curricular, são destinadas a todos os alunos do 1º Ciclo do ensino básico e abrangem, no nosso concelho, o ensino do inglês, o ensino da música, atividades lúdico-expressivas, atividade física e desportiva e o apoio ao estudo.

De carácter gratuito e facultativo, carecem da respetiva inscrição por parte dos encarregados de educação, são desenvolvidas entre as 9h e 9h45m e, no período da tarde, após a atividade letiva, até às 17h30m.

A implementação deste projeto é da responsabilidade da autarquia, assumindo-se como entidade promotora, em parceria com o Agrupamento de escolas, mediante a celebração de um acordo de colaboração, no início de cada ano letivo.

Na implementação das referidas atividades, (exceto no apoio ao estudo), a autarquia recruta, anualmente, todos os docentes necessários para abranger todas as escolas e respetivos alunos.

Pretende-se, com a sua implementação, aplicar o conceito de escola a tempo inteiro, o qual prevê a adaptação dos tempos de permanência dos alunos nas escolas, às necessidades das famílias, garantindo-se, simultaneamente, que estes períodos complementares se tornem pedagogicamente mais ricos e associados à aquisição de competências básicas.

A fim de apoiar e tornar viável a implementação deste projeto, a autarquia fornece, de forma gratuita, diariamente, os lanches (manhã e tarde) a todas as crianças, condição essencial e indispensável para garantir que estas permaneçam nas escolas durante períodos mais alargados e frequentem as respetivas Atividades.

Importa referir que a autarquia assume um papel preponderante, enquanto parceiro do Agrupamento de Escolas, sobretudo ao nível do pré-escolar e do 1º ciclo. Além de proporcionar a oferta formativa, já mencionada, esta entidade acompanha e disponibiliza uma grande variedade de meios e serviços, indispensáveis ao desenvolvimento das atividades, diárias, nos diversos estabelecimentos de ensino.

Importa salientar que a autarquia recruta e afeta o pessoal não docente, assegura o fornecimento das refeições escolares a todas as crianças e o respetivo transporte escolar, garante o desenvolvimento da componente de apoio à família (todos os horários são implementados em função das reais necessidades das famílias), bem como atividades de tempos livres e férias desportivas durante as interrupções letivas; assegura a atribuição de verbas para apetrechamento dos espaços, para material pedagógico e de desgaste rápido, essenciais para o desenvolvimento das atividades; proporciona deslocações que permitam a articulação de projetos entre os diversos estabelecimentos de ensino; colabora no apoio a alunos com necessidades educativas especiais, nomeadamente através da cedência de transporte para os locais onde são ministradas as respetivas formações. A manutenção dos espaços físicos, interior e exterior, é também assegurada pela autarquia.

Ao longo de vários anos disponibilizou, também, transporte para realização de três visitas de estudo, por ano, para todos os alunos do pré-escolar e do 1º ciclo. Devido às

obras em execução, na Escola Secundária, e a, consequente, indisponibilidade de viaturas, esta medida foi interrompida durante o presente ano letivo.

PROFESSORES

Quadro 5 – Número de Professores, afetos às AEC's, colocados pela Autarquia no ano letivo 2011/2012

	Número
Professores de Atividade Física e Desportiva	7
Professores de Ensino do Inglês	4
Professores de Atividades Lúdico-Expressivas	5
Professor de Ensino da Música	1
Total	17

Para o desenvolvimento das atividades, a fim garantir um corpo docente estável e de continuidade, foram renovados os contratos de trabalho a todos os docentes, interessados, do ano anterior. Foram ainda recrutados novos elementos, o que fez um total de dezassete; sete de atividade física, entre eles três técnicos superiores do quadro da autarquia, quatro de inglês, um de música e cinco de atividades lúdico-expressivas.

Quadro 6 – Número de educadores, professores e técnicos colocados no ano letivo 2010/2011

	Número
Professores do Quadro da Escola	144
Professores dos QE destacados	25
Professores QZP	31
Professores Contratados	25
Técnicos	12
Total	215

Quadro 7 – Número de educadores, professores e técnicos colocados no ano letivo 2011/2012

	Número
Professores do Quadro da Escola	114
Professores dos QE destacados	24
Professores QZP	33
Professores Contratados	32
Técnicos (incluindo psicólogo)	11
Total	214

Cerca de 53% dos docentes a trabalhar no agrupamento no ano letivo 2011/2012 são docentes do quadro do próprio agrupamento.

Cerca de 80% são docentes dos quadros de agrupamento/escola e quadros de zona pedagógica e apenas 20% são docentes contratados incluindo os técnicos especializados. Estes dados revelam uma grande estabilidade dos docentes o que não é alheio os bons resultados escolares dos alunos.

Relativamente ao ano transato não se regista grande variação a não ser a diminuição de professores contratados.

Quadro 8 – Distribuição dos docentes por grupos de recrutamento

GRUPOS	Nº de docentes
100	16
110	36
200	3
210	1
220	7
230	8
240	5
250	2
260	2
290	3
300	15
330	8
350	2
400	5
410	4
420	4
430	5
500	13
510	9
520	9
530	3
550	2
600	4
620	11
910	9
930	1
999	10

PESSOAL NÃO DOCENTE

Quadro 9 – Número de pessoal não docentes colocados no ano letivo 2010/2011

	Quadro	Contratados	Total
Assistentes técnicos	12	3	15
Assistentes operacionais	33	22	55
Total	45	25	70

Quadro 10 – Número de pessoal não docentes colocados no ano letivo 2011/2012

	Quadro	Contratados	Total
Assistentes técnicos	13	0	13
Assistentes operacionais	54	10	64
Total	67	10	77

Tal como se constatou relativamente ao pessoal docente, a maioria do pessoal não docente a trabalhar na escola é do quadro.

Existem adicionalmente cerca de 50 funcionários do município a exercerem funções nos Jardins de infância e Escolas do 1º CEB.

ALUNOS

Do ano letivo 2009/2010 para o ano letivo 2010/2011 assistiu-se a uma diminuição de 103 matrículas dos alunos e formandos deste concelho, que foram de 1830 e de 1727, respetivamente. Apesar de ter havido mais uma matrícula no 1º ciclo e mais 4 no ensino secundário em relação ao ano transato, a diminuição deu-se no pré-escolar (menos 19), no 2º ciclo (menos 7), no 3º ciclo (menos 14) e nos EFA'S (menos 68).

Quadro 11 – Número de alunos matriculados no ano letivo 2009/2010

Anos/Ciclos	Nº de alunos matriculados
Pré-escolar	221
1º ano	97
2º ano	124
3º ano	136
4º ano	121
Total 1º ciclo	478
5º ano	110
6º ano	119
Total 2º ciclo	229
7º ano	157
8º ano	107
9º ano	102
CEF	55
Total 3º ciclo	421
10º ano	94
11º ano	70
12º ano	75
C. Profissionais	96
Total Secundário	335
EFA's e Recorrente de nível secundário	146
Total de alunos	1830

Quadro 12 – Número de alunos matriculados no ano letivo 2010/2011

Anos/Ciclos	Nº de alunos matriculados
Pré-escolar	202
1º ano	120
2º ano	115
3º ano	106
4º ano	138
Total 1º ciclo	479
5º ano	113
6º ano	109
Total 2º ciclo	222
7º ano	118
8º ano	118
9º ano	96
7º PCA	29
CEF	46
Total 3º ciclo	407
10º ano	92
11º ano	83
12º ano	72
C. Profissionais	92
Total Secundário	339
EFA'S	78
Total de alunos	1727

Quadro 13 – Número de alunos matriculados no ano letivo 2011/2012

Anos/Ciclos	Nº de alunos matriculados
Pré-escolar	200
1º ano	98
2º ano	125
3º ano	104
4º ano	111
Total 1º ciclo	437
5º ano	140
6º ano	102
Total 2º ciclo	242
7º ano	117
8º ano	106
9º ano	117
PCA	10
CEF	40
Total 3º ciclo	390
10º ano	88
11º ano	89
12º ano	75
C. Profissionais	923
Total Secundário	345
Total de alunos	1614

Sucesso Escolar

Quadro 14 – Resultados escolares ano letivo 2010/2011

Ensino/Modalidade/Ano ou Tipo		Taxa de sucesso	
		Unidade Orgânica	Nacional
BÁSICO		91,6%	92%
REGULAR		94,3%	92,3%
	1º ano	100%	100%
	2º ano	93,7%	93,7%
	3º ano	99,1%	97,4%
	4º ano	97,8%	96,3%
	5º ano	92,6%	92,3%
	6º ano	97,3%	92,5%
	7º ano	87,4%	84,1%
	8º ano	91,3%	89,7%
	9º ano	90,4%	86,2%
	EFA	47,6%	69,2%
	B1	23,8%	40,7%
	B2	42,9%	60%
	B3	92,9%	79,5%
	CEF	89,4%	91,8%
	Tipo 2	90,9%	91,7%
	Tipo 3	85,7%	94,1%
SECUNDÁRIO		86,5%	81,6%
REGULAR CH		86,3%	79,4%
	10º ano	88,1%	84,8%
	11º ano	90,7%	89%
	12º ano	79,4%	63,3%
	PROFISSIONAL	86,5%	87,9%
EFA	1º ano	100%	96,7%
	2º ano	100%	98,9%
	3º ano	60%	67,1%
		88,9%	85%
	S	88,9%	85%

Resultante da constituição do novo agrupamento de escolas houve a necessidade de centralizar as aplicações eletrónicas da dependência do então Ministério da Educação. Dessa centralização muitos dados estatísticos não foram aglomerados, daí a apresentação dos resultados escolares referentes apenas ao ano letivo 2010/2011. Do ano letivo 2009/2010 (primeiro ano de funcionamento do agrupamento de escolas) por ausência dos dados completos, faz-se uma referência comparativa no que respeita aos resultados do ensino regular básico e secundário.

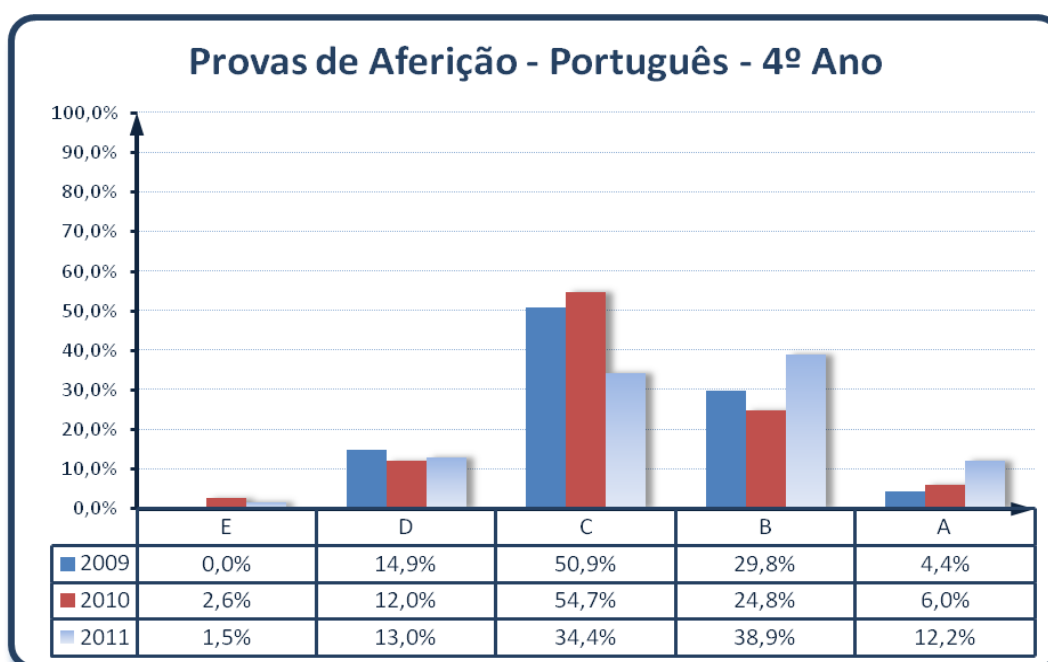
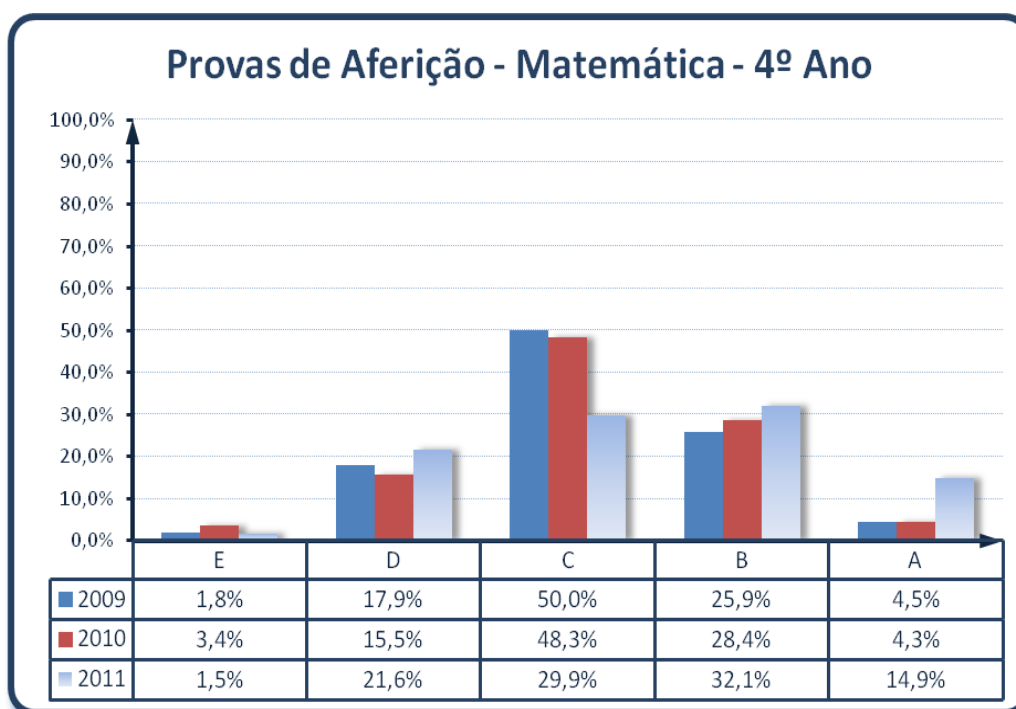
A taxa de sucesso do nosso agrupamento no que concerne ao ensino básico está ligeiramente abaixo (91,6%) em relação à taxa de sucesso nacional (92%). Mas se

analisarmos bem os resultados eles são díspares. Relativamente ao ensino básico regular a taxa de sucesso situou-se nos 94,4%, mais 2,1% do que a taxa nacional. Contudo o ensino básico CEF e EFA apresenta uma taxa de sucesso muito abaixo da taxa nacional como se pode constatar do quadro. Mas se tivermos em atenção os diversos anos letivos veremos uma enorme discrepância. Negativamente destaca-se a taxa de sucesso no 7º ano de escolaridade de apenas 87,% muito dispare em relação aos outros anos de escolaridade e menos 3,3% em relação à taxa de sucesso nacional. Apesar desta discrepância houve uma melhoria significativa da taxa de sucesso comparativamente com o ano letivo de 2009/2010 em que se situou apenas nos modestos 76,3%, estranhamente coincidindo com a implementação do projeto mais sucesso supostamente implementado para melhorar os resultados escolares dos alunos do 7º ano. Comparativamente com o ano letivo 2009/2010 a taxa de sucesso nos diversos anos do ensino básico regular aumentou à exceção do 2º e 4º ano onde se registou uma ligeira descida.

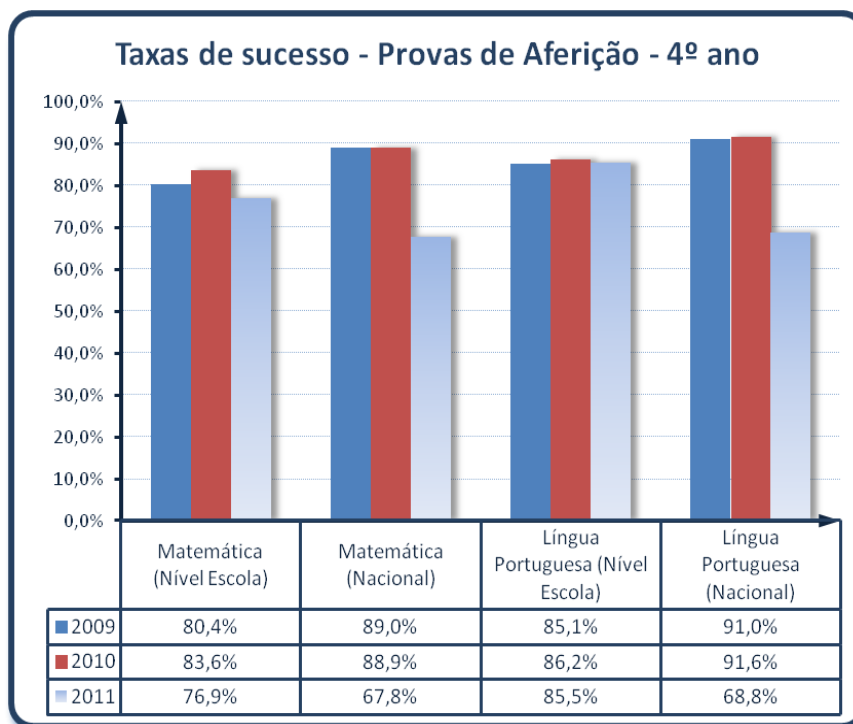
Relativamente ao ensino secundário o agrupamento apresenta uma taxa de sucesso de 86,5% contra os 81,6% a nível nacional. À exceção do ensino profissional que apresenta uma taxa de sucesso inferior 1,4% relativamente à taxa nacional, nos outros tipos de ensino e em todos os anos apresenta uma taxa de sucesso superior. De registar que ao nível do 12º ano (ano em que há uma maior taxa de insucesso a nível nacional) a taxa de sucesso no agrupamento é 16,1% superior à média nacional.

Comparativamente com o ano letivo 2009/2010 registou-se uma melhoria nas taxas de sucesso no 10º ano do ensino regular, enquanto nos 11º e 12º anos houve uma ligeira diminuição (8% no primeiro caso e 3% no segundo).

Resultados das provas de aferição do 4º ano

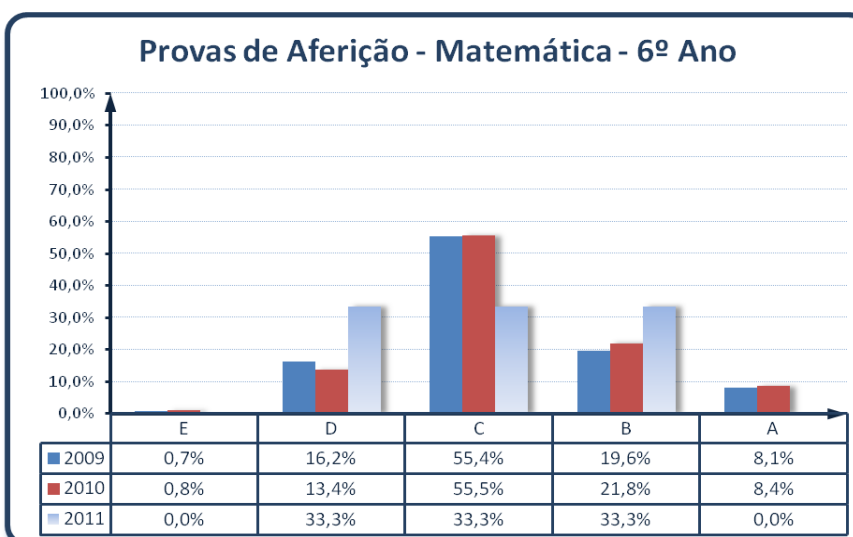


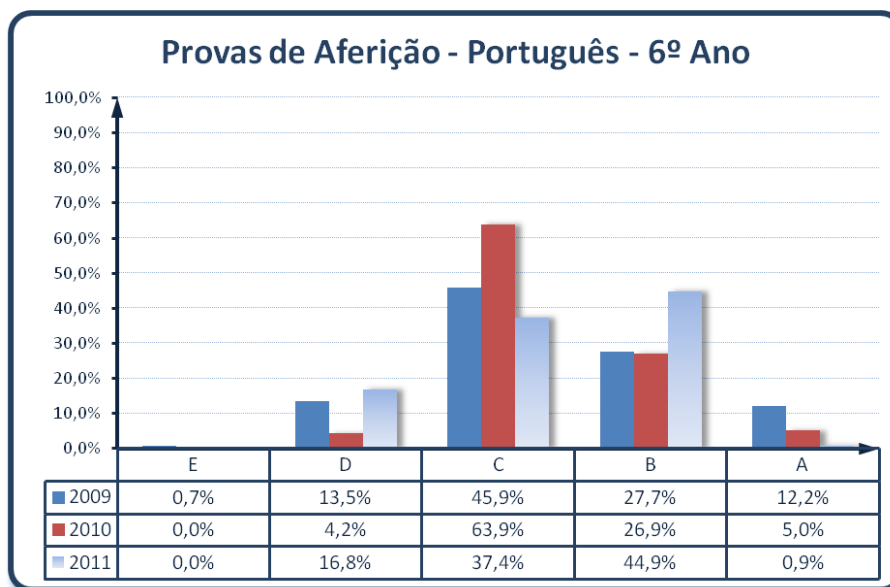
Como se pode constatar dos gráficos tem-se vindo a registar um aumento da qualidade do sucesso dos alunos nas provas de aferição do 4º ano. Tem-se registado um decréscimo do nível C compensada pela subida dos níveis superiores B e A.



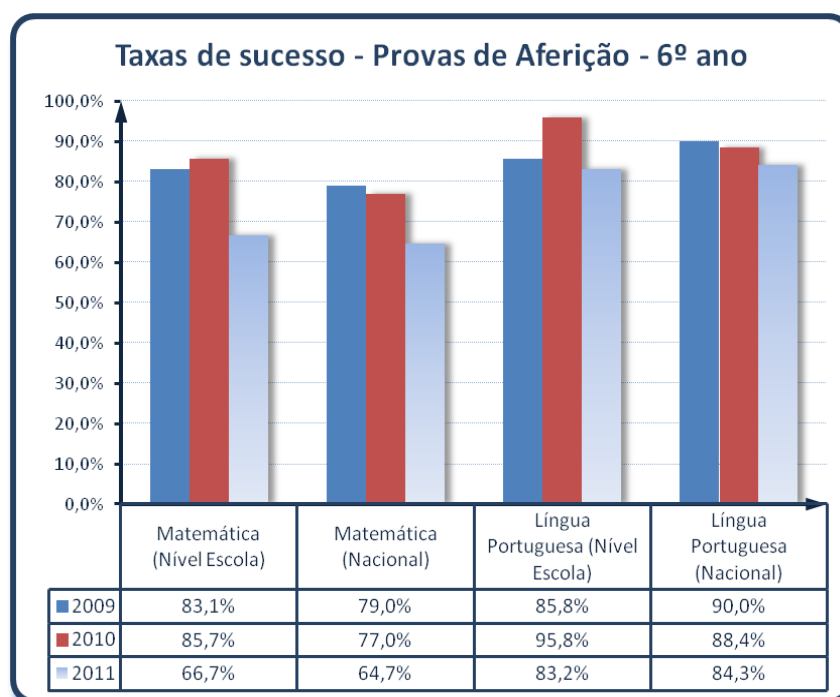
Nos anos letivos 2008/2009 e 2009/2010 o agrupamento apresentou taxas de sucesso quer na prova de Matemática, quer na prova de Língua Portuguesa abaixo da média nacional. No ano letivo 2010/2011 essa tendência inverteu-se e a escola apresentou resultados claramente acima da média nacional.

Resultados das provas de aferição do 6º ano



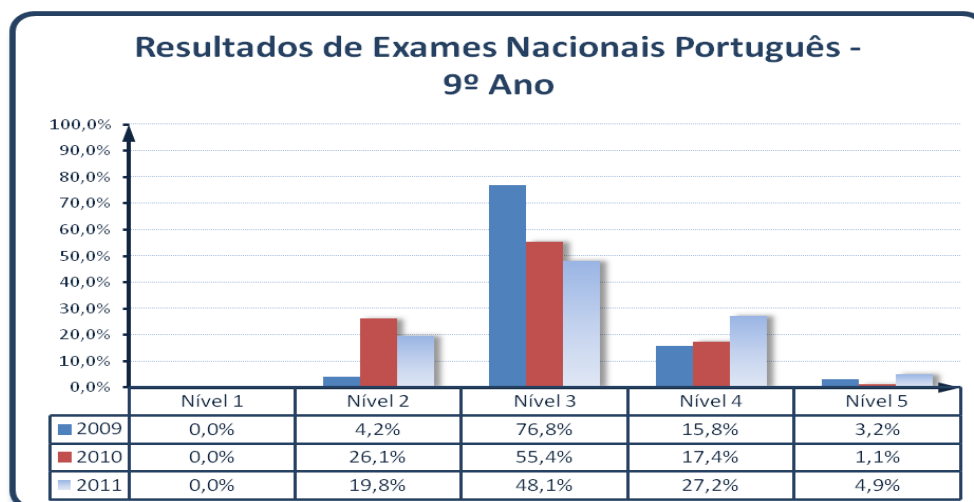
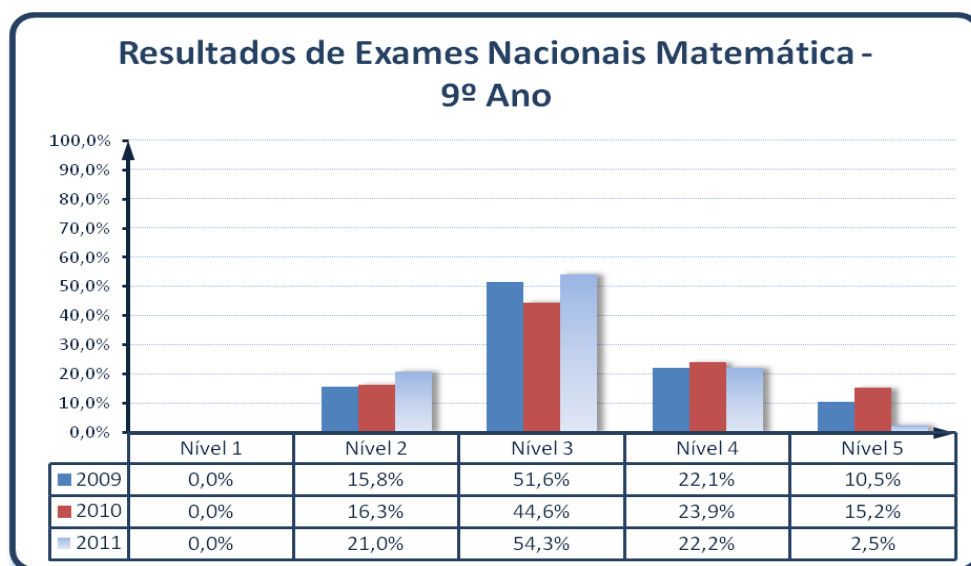


Como se pode constatar dos gráficos tem-se vindo a registar um ligeiro aumento da qualidade do sucesso dos alunos nas provas de aferição do 6º ano, nomeadamente um aumento dos níveis B.

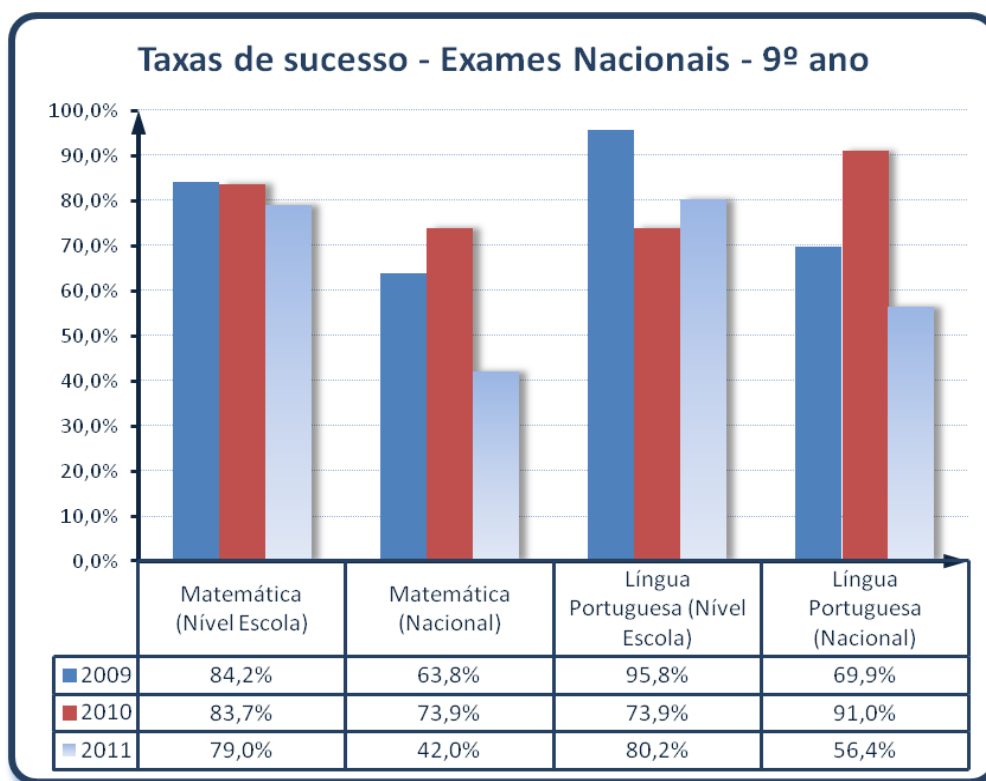


Os resultados das provas de aferição do 6º ano dos alunos da escola situam-se acima das médias nacionais à disciplina de Matemática. À disciplina de Língua Portuguesa no ano letivo de 2009/2010 a escola apresentou resultados claramente acima da média nacional, já nos anos letivos 2008/2009 e 2010/2011 apresentou resultados inferiores.

Resultados dos exames nacionais do 9º ano

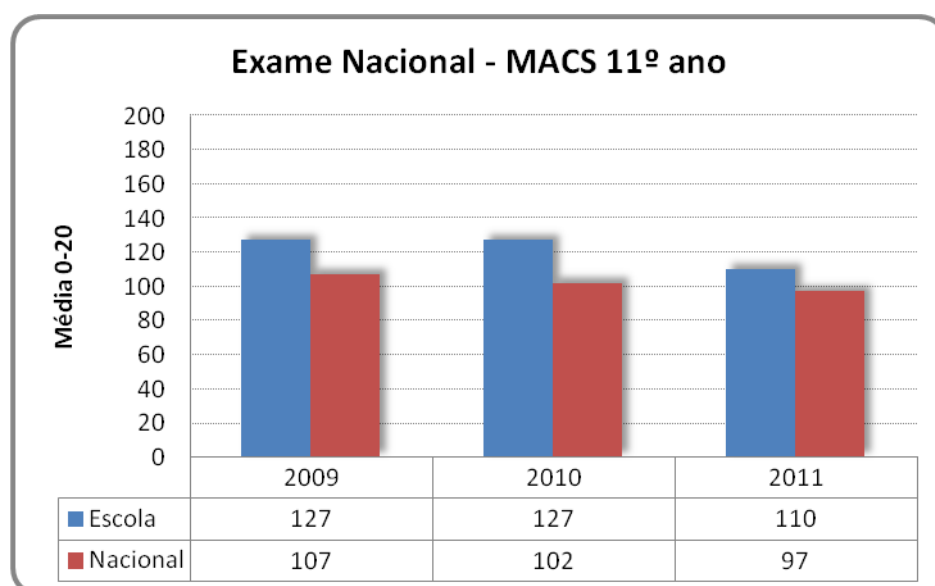


Quanto à qualidade do sucesso dos exames nacionais na disciplina de Matemática a escola tem apresentado resultados muito similares nos anos em análise, à exceção do ano letivo 2010/2011 onde houve um decréscimo do nível A; na disciplina de Português tem-se registado uma ligeira melhoria na qualidade do sucesso.

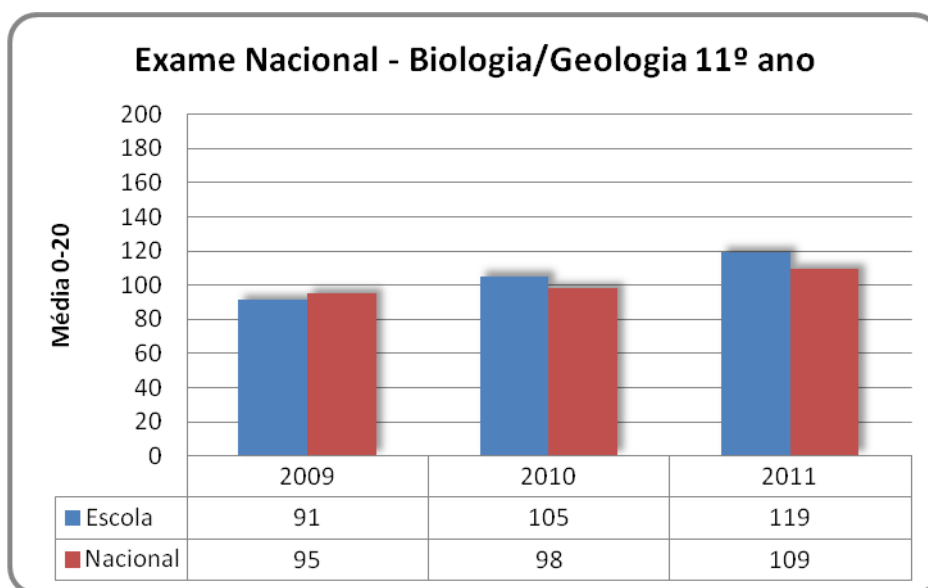


Os resultados dos exames nacionais do 9º ano dos alunos da escola tendencialmente situam-se muito acima das médias nacionais tanto à disciplina de Matemática como de Língua Portuguesa. A exceção ocorreu na disciplina de Português no ano letivo 2009/2010, em que os resultados a nível de escola situaram-se 17,1 pontos abaixo da média nacional.

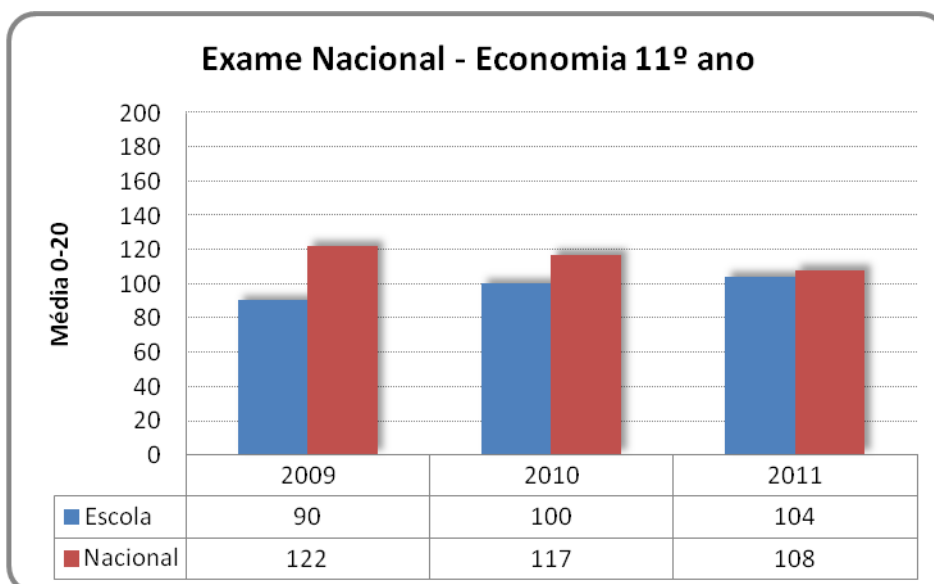
Resultados dos exames nacionais do ensino secundário



Os resultados dos exames nacionais ao nível da escola à disciplina de MACS encontram-se claramente acima da média nacional nos vários anos em análise.

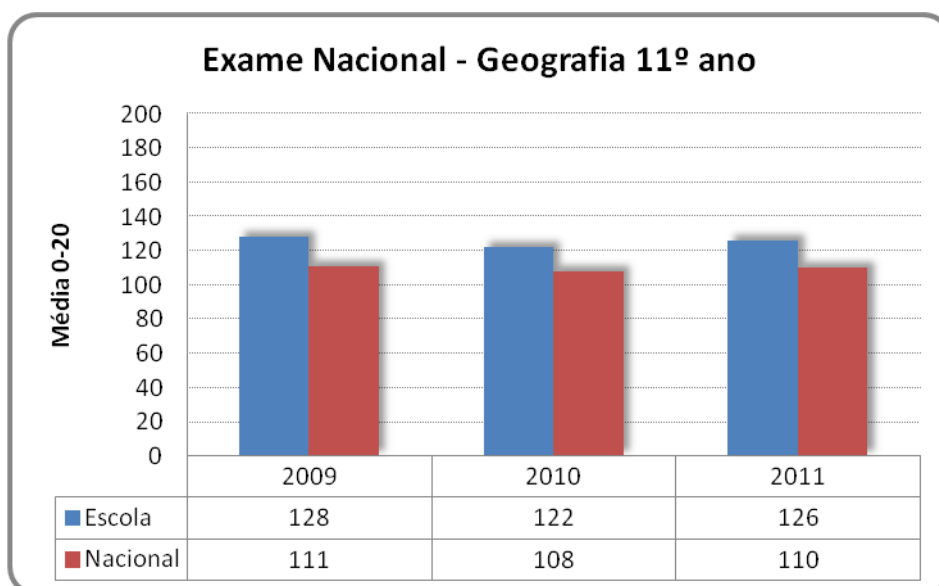


Os resultados dos exames nacionais ao nível da escola, à disciplina de Biologia / Geologia tem vindo a situar-se acima da média nacional, à exceção dos resultados obtidos no ano letivo 2009/2010.

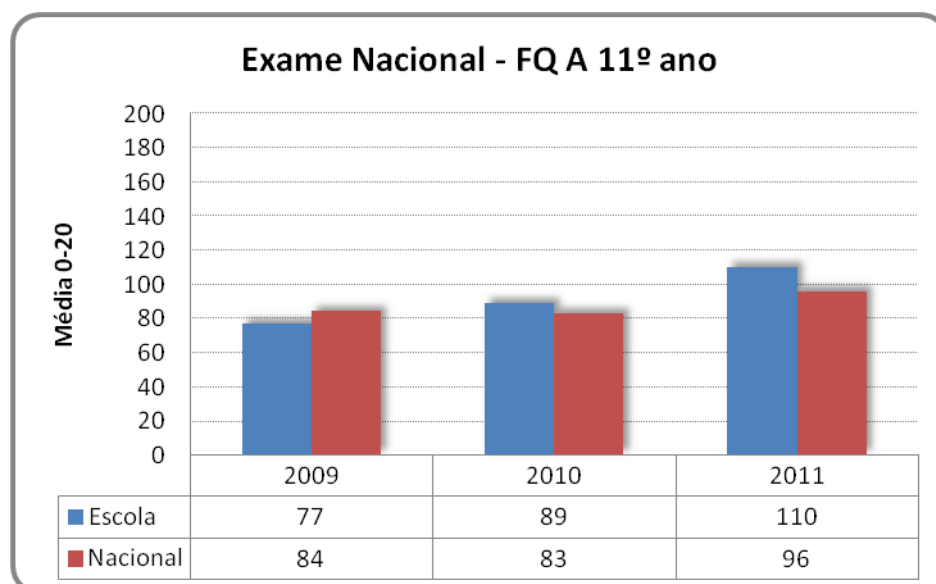


Os resultados dos exames nacionais à disciplina de Economia têm-se situado abaixo dos resultados a nível nacional. De referir contudo que os alunos que realizam este exame

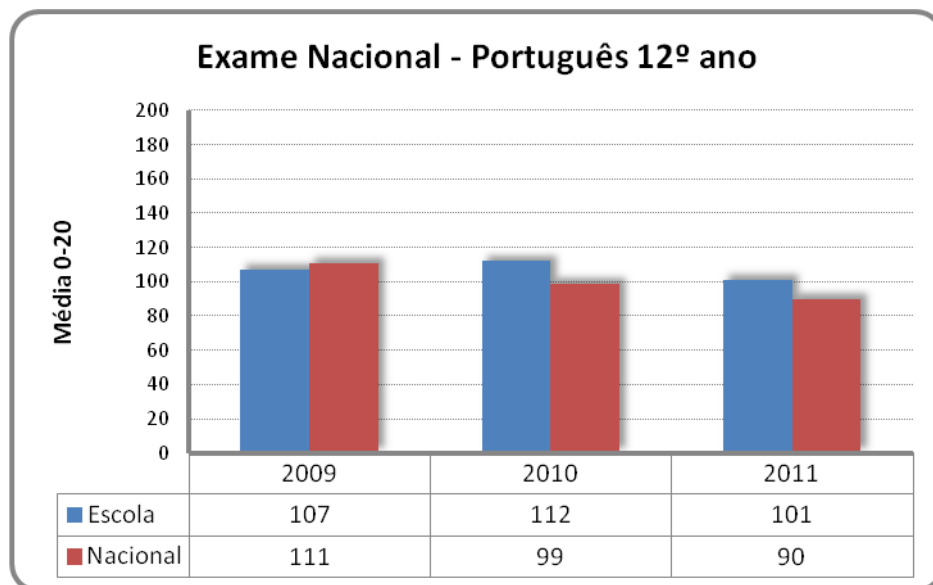
são na sua maioria alunos autopropostos ou oriundos dos cursos profissionais do ensino secundário.



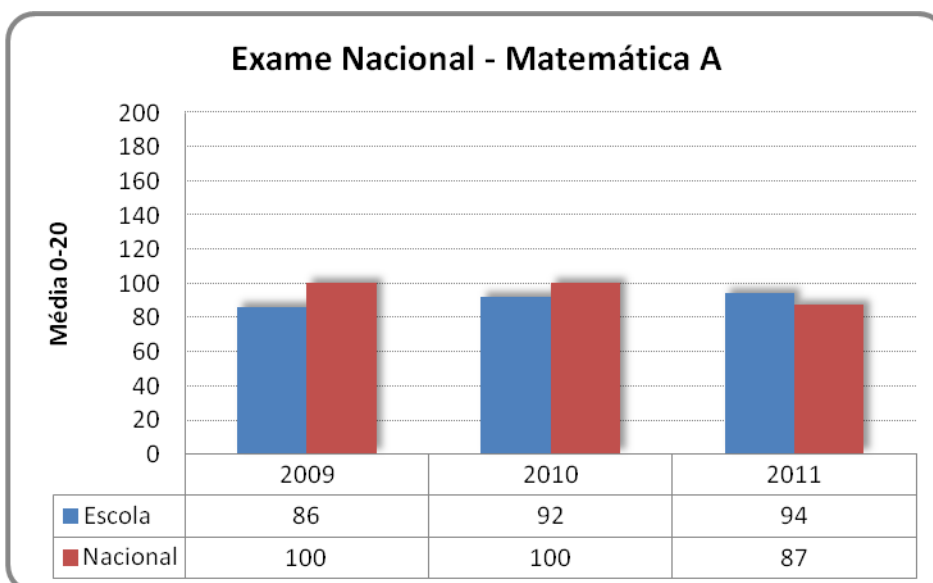
Os resultados dos exames nacionais ao nível da escola à disciplina de Geografia situam-se acima da média nacional.



Os resultados dos exames nacionais ao nível da escola, à disciplina de Física e Química A tem vindo a situar-se acima da média nacional, à exceção dos resultados obtidos no ano letivo 2008/2009.



Os resultados dos exames nacionais ao nível da escola à disciplina de Português situam-se acima da média nacional, à exceção dos resultados obtidos nos anos letivo 2008/2009 que foram 4 décimas abaixo da média nacional.



Os resultados dos exames nacionais ao nível da escola à disciplina de Matemática A têm-se situado abaixo da média nacional, à exceção dos resultados obtidos no ano letivo 2010/2011, que se situaram sete décimas acima da média nacional.



Os resultados dos exames nacionais ao nível da escola à disciplina de História situam-se abaixo da média nacional, à exceção do ano letivo 2009/2010 que se situou nove décimas acima da média nacional.

De salientar, que os alunos têm apresentado nos últimos anos uma participação muito positiva nos exames nacionais com resultados, à generalidade das disciplinas, muito acima da média nacional.

(Os gráficos refletem os resultados dos alunos internos e externos.)

METAS DE APRENDIZAGEM

As metas de aprendizagem são aquelas que constam nos documentos oficiais do Ministério da educação.

Considerando as metas de aprendizagem como um instrumento de gestão curricular de apoio ao trabalho dos professores, ao explicitar com clareza os resultados da aprendizagem que os alunos devem demonstrar no final de um percurso curricular, é igualmente importante apoiar os professores a traçar esse percurso, a monitorizá-lo e a verificar os resultados alcançados, ou seja, a programar estratégias de ensino e de avaliação.

As metas de aprendizagem concretizam-se no “estabelecimento de parâmetros que definem de forma precisa e escalonada as metas de aprendizagem para cada ciclo, o seu desenvolvimento e progressão por ano de escolaridade, para cada área de conteúdo, disciplina e área disciplinar. Corresponde a resultados da investigação nacional e

internacional sobre padrões de eficácia no desenvolvimento curricular, que recomendam este tipo de abordagem”. Isabel Alçada, ex-Ministra da Educação *in Mensagem da Ministra da Educação*.

As metas da educação pré-escolar, do ensino básico e ensino secundário encontram-se na página eletrónica da DGIDC em www.metasdeaprendizagem.min-edu.pt/.

4 – ANÁLISE SWOT

A análise SWOT tem vindo a ser utilizada por empresas e instituições no sentido de fazer análises de cenários e é um acrónimo das suas iniciais – Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*). O objetivo desta análise é situar estrategicamente a empresa/instituição, interna e externamente, procurando avaliar com rigor os pontos fortes e fracos da organização bem como os do meio e com isso potenciar os seus pontos fortes e esbater as suas fraquezas, no sentido de melhorar o seu funcionamento e a sua eficácia.

Esta análise tem vindo, com sucesso, a ser adaptada às escolas. No nosso caso, os pontos fortes e fracos foram obtidos a partir de múltiplas fontes, algumas de grande objetividade (como sejam os resultados escolares, de avaliação interna e externa) e outros, mais subjetivos, obtidos pela observação do funcionamento do agrupamento.

Os resultados obtidos estão sistematizados na tabela seguinte e são utilizados no sentido de definir prioridades educativas.

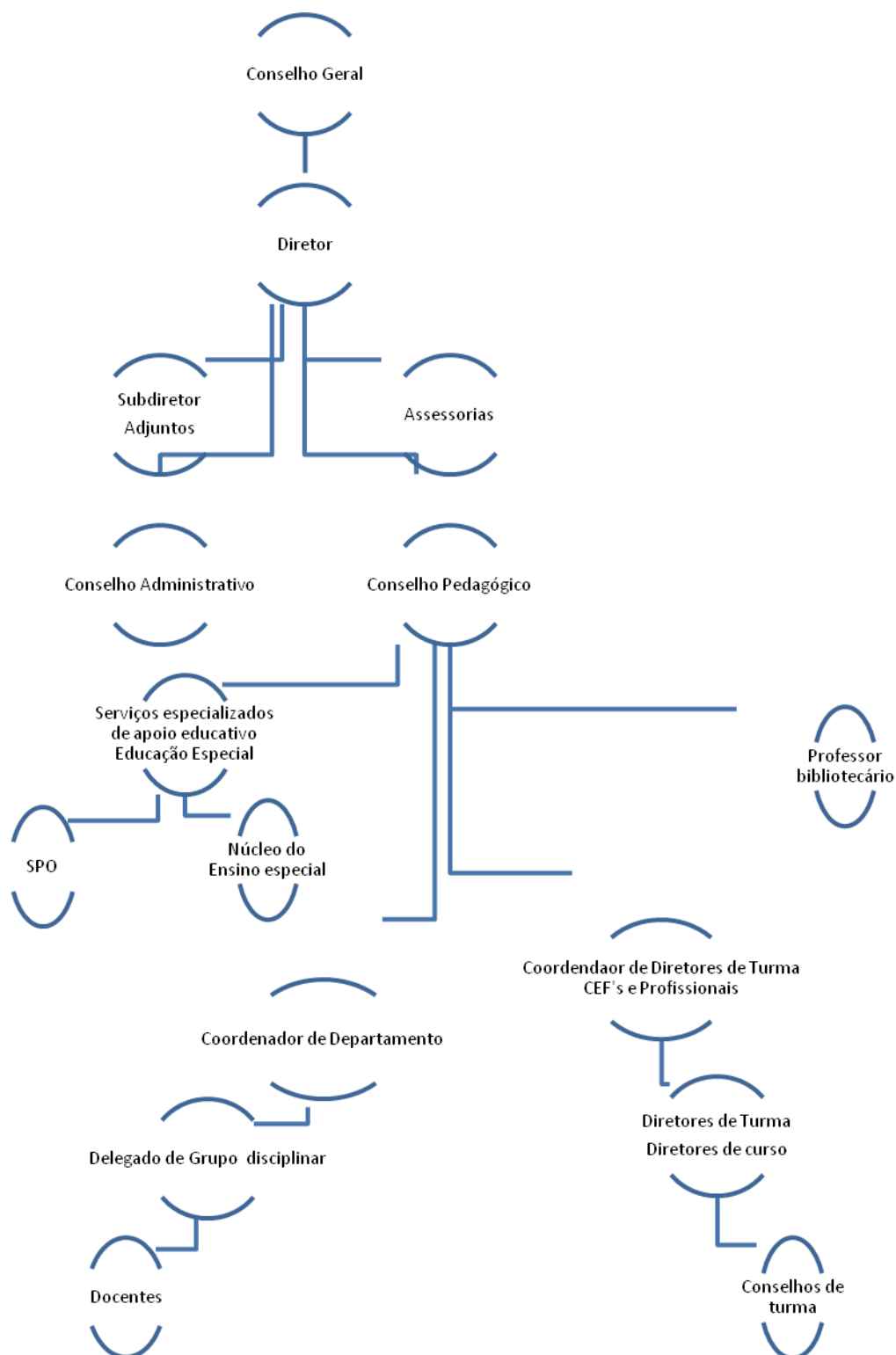
FORÇAS	FRAQUEZAS
• Profissionalismo do pessoal docente e não docente. • Corpo docente maioritariamente estável. • Boa articulação intradepartamental, verificando-se uma partilha efetiva de experiências pedagógica e de trabalho em equipa. • Valorização das aprendizagens e o reconhecimento do papel educativo da escola pela comunidade. • Existência de um bom ambiente educativo nas diversas escolas do agrupamento, em termos de relações	• Existência de alguma indisciplina, sobretudo nos cursos de carácter profissionalizante. • Ausência de dinamização dos espaços escolares (recreio, sala de alunos). • Fraco envolvimento dos encarregados de educação. • Insuficiente consolidação da articulação interdepartamental e curricular vertical. • Algumas dificuldades de comunicação entre escola-famílias.

pessoais e profissionais. • Adaptação adequada, a nível do agrupamento, à legislação que enquadra todo o processo de ensino/aprendizagem. • Existência de materiais didáticos aceitáveis, em quantidade e qualidade, para uma boa prática pedagógica. • Oferta educativa/curricular diversificada. • Taxas de sucesso educativo ligeiramente acima das taxas nacionais. • A evolução dos resultados escolares e o bom desempenho dos alunos nas provas de aferição e nos exames nacionais. • Boa organização e qualidade de ensino. • Boa relação entre os órgãos de gestão e os alunos. • Relação com a comunidade. • Elementos da associação de pais intervenientes e empenhados em resolver problemas. • Boa relação institucional com o poder autárquico • Existência de BE /CRE na escola sede.	• Ausência de métodos organizativos por parte dos alunos e as dificuldades de aprendizagem de uma percentagem significativa de alunos. • Dotação do orçamento de estado exíguo para as necessidades do agrupamento. • Dimensão e dispersão do agrupamento. • Equipamento informático obsoleto e insuficiente, quer para alunos, quer para professores. • Reduzida utilização das tecnologias de informação nos processos de ensino-aprendizagem. • Taxas elevadas de retenção em alguns anos de escolaridade (no 7º ano no ensino regular e dos cursos CEF). • Existência de alunos que apresentam problemas em termos de capacidades básicas (leitura-escrita e cálculo). • Incipiente cultura de auto-avaliação organizacional e das práticas pedagógicas. • Aumento da existência de alguma indisciplina. • Fraco envolvimento da comunidade educativa nas actividades da escola e no processo de auto-avaliação. • Reduzida articulação com estabelecimentos de ensino dos concelhos vizinhos. • Formação contínua
---	---

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
• Enraizamento da escola na comunidade, traduzido no elevado número de parcerias ativas e projetos comuns. • A colaboração de vários parceiros, nomeadamente a autarquia na cedência de transportes que permite o desenvolvimento de várias atividades e projetos, entre elas os estágios profissionais, atividades do desporto escolar e na participação dos alunos em eventos fora do nosso concelho, bem como na, usual, atribuição de prémios de mérito aos melhores alunos. • Liderança participativa e democrática com reflexos na cultura organizacional, colaboração e bom clima educativo. • Formação de alunos para a vida ativa – PCA, CEF, português para estrangeiros. • Projeção da imagem de eficiência do agrupamento. • Criação de ambientes digitais <i>online</i> para divulgação de disciplinas e do agrupamento. • Requalificação da escola sede e criação do centro escolar.	• Desmotivação nos agentes educativos. • Inadequação das exigências escolares ao nível de maturação e/ou preparação dos alunos. • Desfasamento entre as situações de aprendizagem e os interesses dos alunos. • Desconhecimento, por parte dos alunos e família, de procedimentos eficazes de aprendizagem. • Nível relativamente baixo das habilitações literárias dos encarregados de educação. • Ausência de hábitos de leitura e escrita. • Dificuldade de acompanhamento do processo educativo, por parte da família. • Dificuldade de trabalhar em grupo. • Não cumprimento de regras. • Interesses dos alunos divergentes dos escolares. • As inúmeras alterações que regularmente são introduzidas no conjunto dos normativos legais que regem o funcionamento de uma organização escolar. • Turmas com elevado número de alunos em alguns anos letivos. • Financiamento insuficiente. • Clima de austeridade e a ameaça do desemprego que pode provocar situações socioeconómicas desestabilizadoras das famílias, com comprometimento do sucesso dos alunos.

5 – COMO NOS ORGANIZAMOS

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL



6 – O PROJECTO

6.1 - MISSÃO

O projeto educativo do Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades para os próximos três anos assume como *missão* fundamental desta organização constituir-se como **“Uma Escola de valores na Sociedade do conhecimento”**. Este lema aponta para duas realidades que se quer fazer convergir: a edificação desta escola como *uma escola para todos* – conceito que vai mais além que o de «escola inclusiva» – e as novas realidades da sociedade do conhecimento e da informação emergente nesta viragem de milénio.

A missão do agrupamento desdobra-se, assim, numa exigência fundamental: a escola *é para todos* e tal desiderato não é contraditório com a exigência de *aprendizagens consistentes para todos* assumindo o *conhecimento* como ponto axial das mesmas. Ao mesmo tempo, aponta-se para uma conceção lata do conhecimento, a qual engloba a *informação, a reflexão, as vivências e a afetividade*.

A missão do Agrupamento de escolas de Oliveira de Frades está ancorada num conjunto de valores assentes nos princípios de **Qualidade, Exigência e Rigor e Responsabilidade Cívica**, pautando-se por disponibilizar todas as ferramentas essenciais ao sucesso dos alunos. A responsabilidade cívica faz apelo a uma cultura da cidadania, à *participação* de todos os membros da comunidade escolar, à *solidariedade* entre eles, ao respeito pela *dignidade da função de educar* e à plena assunção da autonomia. A qualidade, exigência e rigor assentam na assunção de referências e de *boas práticas e numa cultura da avaliação*, sem nunca elidir a necessidade do combate à exclusão.

6.2 – VISÃO

A *estratégia educação 2015*, que tem como prioridades elevar as competências básicas dos alunos portugueses e assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos estabelece como objetivos a atingir até 2015:

- Melhorar as competências básicas dos alunos portugueses
- Assegurar a permanência no sistema de todos os jovens até aos 18 anos, garantindo o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos.

No limiar de 2015 o Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades deverá constituir-se como:

- Um agrupamento de referência no contexto da comunidade educativa da região, do distrito e do país;

- Um agrupamento dotado de procedimentos coerentes, nas vertentes educacional, pedagógica, organizacional e administrativa;
- Um agrupamento-espço de formação permanente dos agentes educativos e dos parceiros;
- Um agrupamento de boas práticas pedagógicas orientadas pelo princípio da exigência e monitorizadas por sólidos instrumentos de avaliação;
- Um agrupamento solidário e espaço de partilha de experiências e valores;
- Um agrupamento autónomo, responsável e participante das dinâmicas locais e regionais;
- Um agrupamento que aponte as aprendizagens dos alunos como objetivo fundamental e o respeito pela dignidade da função de educar como eixo central.
- Um agrupamento que respeite todos os elementos da comunidade educativa.

6.3 – OBJECTIVOS, METAS E INDICADORES DE MEDIDA

O agrupamento teve de se comprometer com um conjunto de metas que versam três campos:

- Resultados de provas e exames nacionais
- Taxas de repetência por ano de escolaridade
- Taxas de desistência

Resultados de provas e exames nacionais – Língua Portuguesa e Matemática

Objetivo	Avalia a progressão entre os resultados das provas de aferição e dos exames nacionais do ensino básico e secundário entre anos consecutivos, nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática.
-----------------	--

	2009/2010			Metas para a Unidade Orgânica					Meta nacional 2015
	Nacional	Concelhio	UO	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	
LP 4º ano	91%	85,5%	85,5%	87,4%	89.3 %	91.2 %	93.1 %	95 %	95%
Matemática 4º ano	88 %	83,6%	83,%	85.2 %	86.9 %	88.6 %	90.3 %	92 %	92%
LP 6º ano	88%	95,8%	95,8%	95,8%	95,8%	95,8%	95,8%	95,8%	92%
Matemática 6º ano	76%	85,7%	85,7%	85,7%	85,7%	85,7%	85,7%	85,7%	80%
LP 9º ano	71%	80,2%	80,2%	80,2%	80,2%	80,2%	80,2%	80,2%	75%
Matemática 9º ano	51%	64,5%	64,5%	64,5%	64,5%	64,5%	64,5%	64,5%	55%
Português 12º ano	61%	74,2%	74,2%	74,2%	74,2%	74,2%	74,2%	74,2%	65%
Matemática A 12º ano	66%	77,4%	77,4%	77,4%	77,4%	77,4%	77,4%	77,4%	70%

Taxas de repetência por ano de escolaridade

Objetivo	Avalia o grau de sucesso nos diversos anos de escolaridade, relativamente a cada agrupamento ou escola não agrupada do sistema educativo público.
-----------------	---

	2009/2010			Metas para a Unidade Orgânica					Meta nacional 2015
	Nacional	Concelhio	UO	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	
1º ano	0	0	0	0	0	0	0	0	
2º ano	7,6	8,1	8,1	7,5	6,9	6,3	5,7	5	
3º ano	3,3	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,5	
4º ano	4,2	4,1	4,1	3,8	3,5	3,2	2,9	2,5	
1º ciclo	4,1	3,4	3,4						2
5º ano	7,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,5	
6º ano	8,6	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,1	4	
2º ciclo	8,1	4,4	4,4						5
7º ano	16,7	23,7	23,7	22	20,5	19,5	18	16	
8º ano	11	7,7	7,7	7,2	7	6,7	6,3	6	
9º ano	12,7	9,2	9,2	9	,7	8,5	8,3	8	
3º ciclo	13,6	14,1	14,1						10
10º ano	13,4	14,1	14,1	14	13,8	13,4	13,2	13	
11º ano	9,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1	
12º ano	32,9	23,5	23,5	23	22,7	22,5	22,5	22	
Secundário	17,9	13,1	13,1						12

Valores percentuais.

Taxas de desistência aos 14, 15 e 16 anos

Objetivo	Avalia o grau de cumprimento do objetivo de assegurar a escolaridade obrigatória de 12 anos.
-----------------	--

	2009/2010			Metas para a Unidade Orgânica					Meta nacional 2015
	Nacional	Concelhio	UO	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	
Aos 14 anos	1,8	0	0	0	0	0	0	0	< 1%
Aos 15 anos	9,3	6,6	6,6	5,6	4,6	3,6	2,6	1,8	< 2%
Aos 16 anos	13,1	7,8	7,8	7,2	6,8	5,4	4,3	3,9	< 4%

Valores percentuais.

OBJETIVOS	METAS	INDICADORES DE MEDIDA
1. Manter a eficácia das estratégias de prevenção do abandono escolar	1.1..Fixar a taxa em 0% de abandono escolar dos alunos até ao 9ºano de escolaridade. 1.2. Reduzir o abandono escolar no ensino secundário e profissional em 3% .	Número de alunos matriculados que, ao longo do ano letivo, abandonou a escola e não se inscreveu em nenhum sistema de educação/formação.
2.1.Privilegiar o investimento na Área de Expressão/ Comunicação, especialmente nos domínios da <i>Linguagem e abordagem à Escrita e da Matemática, em articulação</i> com os docentes do 1.º Ciclo; 2.2. Aumentar as capacidades básicas dos alunos, em termos de (leitura, escrita e cálculo).	No 1.º Ciclo: 2.1. Identificar mais precocemente capacidades básicas dos alunos, em termos de (leitura, escrita e cálculo), através de testes de diagnóstico calibrados, a aplicar no princípio e final de cada ano letivo, aos alunos, em termos de competências básicas; No 2.º e 3º Ciclo: 2.2. Identificar mais precocemente, através de testes de diagnóstico calibrados, a aplicar no princípio e final de cada ano letivo, aos alunos, em termos de competências básicas; 2.3. Apoiar mais precocemente os alunos com problemas, em termos de competências básicas,	Atas das reuniões de departamento/articulação Aplicação de testes de diagnóstico: princípio e final de ano letivo
3-Criar condições para a adequação do processo de ensino e aprendizagem às necessidades educativas especiais dos alunos portadores de deficiências ou incapacidades, em conformidade com as medidas educativas prescritas nos	3.1. Incremento do número de interações com os Encarregados de Educação: a) Sempre e atempadamente aquando da elaboração do Programa Educativo (PEI) Individuais e/ou Plano Individual de Transição (PIT); b) Pelo menos, no final de cada período para se inteirarem da avaliação; 3.2. Eliminação dos recursos interpostos por Encarregados de Educação: a) por não concordarem com as	Reconhecimento em Conselho de Turma/ Departamento, da melhoria dos resultados escolares, em termos de avaliação qualitativa e/ou quantitativa dos alunos.

respetivos Programas Educativos Individuais (PEI).	medidas educativas propostas; b) solicitando a mudança de Escola pelos mesmos motivos;	
4. Criar condições para implementação dos Planos Individuais de Transição dos alunos que usufruem de Currículo Específico Individual (CEI), mobilizando recursos da Escola e fomentando parcerias com a comunidade local.	4.1. Aumento do número de Parcerias/articulações estabelecidas;	(avaliação) Aproveitamento no local de formação de todos os alunos com PIT;
5. Melhorar os resultados escolares nas disciplinas, áreas não disciplinares e competências que integram a oferta educativa do Agrupamento.	No 1º Ciclo: 5.1. Promover, junto dos encarregados de educação, a entrada dos alunos para o 1º ciclo, de todos os alunos com 6 anos completos, à data do início do ano letivo 5.2. Manter ou melhorar os resultados escolares obtidos no ano lectivo anterior. 5.3. Manter ou melhorar as taxas de transição neste ciclo. No 2º e 3º Ciclos: 5.4. Manter ou melhorar os resultados escolares obtidos no ano letivo anterior, nas disciplinas com sucesso igual ou superior a 90%. 5.5. Melhorar os resultados obtidos no ano letivo anterior em pelo menos 2%, nas disciplinas com menor sucesso escolar 5.6. Igualar ou superar os resultados em exames nacionais a LP e Mat. 5.7. Aproximar as classificações internas de frequência às	Percentagem de alunos matriculados no 1.º ano, com 5 anos. Avaliações nas áreas respetivas do 1º ciclo, respeitando critérios de avaliação nacionais e do agrupamento. Níveis e classificações dos alunos nas disciplinas no 3º período, iguais ou superiores a 3 respeitando critérios de avaliação nacionais e do agrupamento. Classificação média dos alunos, nos exames nacionais (língua portuguesa e matemática) do 6.º e 9.º anos, igual ou superior a 3.

	5.16. Obter, no final do curso, uma taxa de conclusão dos módulos, FCT e PAP igual ou superior a 90%. 5.17. Aumentar em 5% o número de alunos com atribuição de diplomas de mérito relativamente ao ano anterior. 5.18. Reforçar as atividades de apoio e de complemento educativo e os mecanismos de desenvolvimento/ acompanhamento/ recuperação para o reforço do trabalho e do estudo 5.19. Implementar e dinamizar um dispositivo de apoio on line por grupo disciplinar. 5.20. Apoiar todos os alunos com dificuldades de aprendizagem através da aplicação de medidas curriculares específicas:	Número de alunos que subiram de nível, dentro do: 3, 4, 5 e, de nota no ensino Secundário e profissional e média Criação do quadro de honra até ao final do ano letivo. Sucesso educativo dos alunos Sucesso educativo dos alunos alvo de atividades de apoio e complemento educativo. Pauta e outros registos do Conselho de Turma/ Departamento de final de ano letivo. Análise do relatório e pronúncia em Conselho de Turma/ Departamento, sobre o grau de eficácia do apoio proporcionado aos alunos.
6– Promover a manutenção/criação de percursos diversificados para os alunos, nomeadamente para aqueles com insucesso	6.1. Diversificar a oferta de pelo menos 2 cursos CEF em áreas de formação distintas. 6.2. Diversificar os percursos formativos.	Sucesso educativo dos alunos

7. Adequar a oferta formativa às necessidades dos alunos e adultos e aos recursos humanos e materiais da Escola.	7.1. Potenciação da paridade (50%) da oferta formativa entre as vertentes regular e profissional da Escola, ao nível do ensino secundário. 7.2. Potenciação da oferta formativa da formação de carácter profissionalizante de adultos	Nº dos cursos profissionais Nº de cursos de formação de adultos.
8. Implementar mecanismos de orientação vocacional e apoio psicológico.	8.1. Garantir a atual oferta de serviços e desenvolvimento dos SPO e de apoio psicológico. 8.2. Criar o gabinete de apoio psicopedagógico ao aluno.	Registo do número de alunos apoiados.
9. Promover o trabalho cooperativo entre os professores do mesmo grupo disciplinar e/ou com professores de disciplinas afins.	9.1. Utilizar pelo menos 45 minutos semanais, da componente não letiva dos docentes, para trabalho conjunto. 9.2. Implementar pelo menos um projeto envolvendo todos os alunos de um ciclo de escolaridade. 9.3. Aumentar a interdisciplinaridade nas visitas de estudo.	Assiduidade dos professores (reuniões de trabalho). Avaliação e divulgação dos resultados relativos a cada um dos projetos, envolvendo o respetivo público alvo.
10. Conhecer o percurso escolar e /ou profissional dos alunos após o <i>terminus</i> da sua formação.	10.1. Criação de um mecanismo de monitorização e de uma equipa promotora até ao final do 1º período. 10.2. Avaliar os cursos ao nível da sua empregabilidade.	Mecanismo padronizado de monitorização dos alunos que terminaram os cursos profissionais e CEF's.

11. Potencializar a ocupação plena dos tempos escolares dos alunos tendo em vista a melhoria do sucesso escolar e educativo.	11.1. Atingir uma taxa de 100% na cobertura do tempo escolar dos alunos, nas situações de falta do professor.	Divulgação no início do ano letivo do plano anual de ocupação plena dos tempos escolares. Plano anual de atividades.
11.1. Desenvolver atividades e projetos que proporcionem aos alunos diferentes perspectivas de abordagem dos currícula.	11.2. Atingir uma taxa perto de 80% de permutas dentro do Conselho de Turma ou da mesma área disciplinar, nas situações de falta do professor titular da turma.	Relatório de avaliação anual da biblioteca Estatísticas de utilização da biblioteca
11.2. Promover a integração das TIC nos processos de ensino/aprendizagem e incentivar a produção e utilização de conteúdos pedagógicos em suporte digital, fomentando práticas de ensino mais motivadoras e interativas.	11.3. Aumentar a frequência da utilização de tecnologia educativa nos processos de ensino e aprendizagem, tendo em conta o valor acrescentado da sua utilização enquanto instrumento pedagógico;	Plano de ação da Biblioteca Frequência da utilização de equipamentos digitais Frequência de utilização de plataformas de gestão de conteúdos e de recursos de aprendizagem em ambiente digital
11.3. Promover a criação e desenvolvimento de atividades de enriquecimento curricular, designadamente no âmbito da divulgação das ciências, desporto, artes e cultura.	11.4. Criar uma plataforma institucional para o arquivo, preservação e acesso a recursos educativos digitais desenvolvidos e utilizados na escola (repositório digital), como estratégia para a cooperação e a partilha. 11.5. Promover anualmente espaços de formação interpares no âmbito das novas tecnologias, literacia da informação e literacia digital 11.6. Criar um bloco semanal, por ciclo de escolaridade, dedicado à implementação de clubes. 11.7. Aumento em 5% do número de alunos participantes nas atividades lúdico e artístico. 11.8. Atingir perfis de desempenho de nível não inferior a 3, numa escala de 1 a 4, de acordo com o modelo de avaliação da Rede de Bibliotecas Escolares	Número de clubes existentes, registo das inscrições dos alunos nos clubes e relatórios de avaliação. Número de alunos inscritos nas atividades -Rácio de participantes

12. Melhorar o clima de convivência e confiança entre todos os elementos da comunidade escolar.	12.1. Criação do observatório da disciplina	Nº de participações de indisciplina.
13. Desenvolvimento de uma cultura participativa da comunidade com o agrupamento de escolas, promovendo de forma ativa a realização de parcerias e outras formas de colaboração com entidades externas.	13.1. Reforçar a cooperação com as entidades externas ligadas à comunidade educativa	Número de parcerias realizadas e de atividades organizadas com outras entidades.
14. Aprofundar ligações entre o agrupamento e os pais/EE	14.1. Elaborar um plano de ação para o aprofundamento da aproximação e responsabilização dos pais e encarregados de educação até ao final do 1º período.	Aprovação de proposta de plano no Conselho Pedagógico e apresentação ao Conselho Geral. Realização de ações
15. Realizar uma gestão eficaz e eficiente	15.1. Gerir racionalmente o orçamento das atribuições de todos os serviços. 15.2. Angariar receitas próprias para suportar a implementação de projetos. 15.3. Rentabilizar espaços e equipamentos para docentes, discentes e não docentes. 15.4. Aumentar o envolvimento da administração, da câmara municipal e da junta de freguesia no apoio efetivo à oferta educativa do agrupamento.	Conta gerência. Taxa de ocupação dos espaços escolares.

16. Desenvolver o processo de comunicação no interior do agrupamento	16.1. Aumentar a utilização das plataformas digitais 16.2. Elaborar um referencial de desenvolvimento da comunicação no interior do agrupamento até final do 1º período com recurso a plataformas digitais	Aprovação do referencial pelo conselho pedagógico no tempo previsto.
17. Promover uma educação para a saúde.	17.1 Desenvolver anualmente um projeto “educação para a saúde” envolvendo todo o agrupamento.	Relatório de avaliação do projeto.
18. Promover a formação contínua no agrupamento.	18.1. Aprovar até ao final do 1º período, o plano de formação do pessoal docente e não docente. 18.2. Obter uma participação de 60% dos docentes e não docentes nas ações.	Aprovação do plano no conselho pedagógico. Envio ao centro de formação e realização das ações financiadas. Nº de docentes e não docentes nas ações.
19. Desenvolver um plano de autoavaliação de escola	19.1. Criação de uma equipa coordenadora do processo de autoavaliação. 19.2. Definição dos <i>indicadores</i> de desempenho e dos <i>alvos</i> em avaliação. 19.3. Produção de instrumentos de monitorização e avaliação. 19.4. Divulgação e reflexão sobre os resultados da avaliação, no sentido de eventuais reformulações.	Criação de uma equipa de autoavaliação no início do ano letivo. Elaboração dos referenciais de autoavaliação. Relatório de autoavaliação.
20. Melhorar a articulação e a sequencialidade entre os diversos níveis de aprendizagem.	20.1 Definir um referencial de articulação entre os diversos níveis de ensino. 20.2. Realizar 70% das iniciativas de articulação definidas.	Elaboração e aprovação do referencial pelo Conselho Pedagógico. Realização das iniciativas nos prazos propostos.

7 – AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

O grau de consecução dos objetivos do Projeto Educativo será aferido através de referenciais de autoavaliação, contemplando duas dimensões:

- o desenvolvimento do projeto – avaliação qualitativa tendo por objetivo a regulação do processo;
- os resultados alcançados – avaliação quantitativa tendo por objetivo identificar o grau de consecução das metas.

Calendarização

A avaliação qualitativa será realizada anualmente e a avaliação quantitativa será realizada no final do ano letivo 2014/2015 e visará aferir o grau de consecução das metas.

A avaliação, ao fundamentar-se em critérios e indicadores específicos, permitirá proceder à comparação entre o que o agrupamento efetivamente é e o que devia ser e identificar os seus pontos fortes e áreas de melhoria.

ANEXO I

CRITÉRIOS GERAIS PARA CONSTITUIÇÃO DE TURMAS

Tendo em consideração a legislação em vigor, designadamente o Despacho nº 5106-A/2012, de 12 de abril e as orientações e/ou sugestões dos Conselhos de Turma, definem-se neste documento os seguintes critérios de constituição de turmas nos vários níveis de ensino.

Na constituição de turmas devem prevalecer prioritariamente critérios de natureza pedagógica. Deste modo, e em termos genéricos, estes devem obedecer aos seguintes princípios:

- No 5º ano de escolaridade, deve procurar manter-se o grupo proveniente do 1º ciclo (salvo indicações contrárias mencionadas no processo do aluno).
- Nos restantes anos, deve dar-se continuidade ao mesmo bloco/turma a que pertenciam os alunos no ano de escolaridade anterior, sempre que possível, de forma a garantir-se o seguimento do grupo e núcleo da turma.
- No entanto, se se verificar indisciplina generalizada de um dado grupo, deverão ser tomadas decisões pedagógicas sobre a recomposição do grupo/turma: transferência dos alunos que funcionem como *leaders* para novo grupo/turma de modo a quebrar a homogeneidade e anular a generalização de comportamentos desajustados.
- Quando por razões pedagógicas ou disciplinares se mostre conveniente a mudança de um aluno de uma turma para outra, em qualquer momento do ano letivo, tal poderá ser autorizado, ouvido o Encarregado de Educação.
- A integração dos alunos retidos, deverá, tanto quanto possível, ser distribuída de forma equilibrada por todas as turmas.
- Constitui ainda fundamentação para a transferência de turma, entre outras situações imprevistas, a seguinte: Indicação para frequência de Cursos de Educação e Formação.
- Os alunos com NEE deverão ser distribuídos pelas diferentes turmas, ouvidos os Conselhos de Turma, Professores de Apoios Educativos e/ou Psicóloga.
- A equipa de formação de turmas deve integrar Diretores de Turma.
- Após a afixação das turmas, o Encarregado de Educação pode pedir, desde que fundamentado e de acordo com o estipulado, transferência de turma do seu educando, no prazo previsto.

Nota – Nestes critérios não estão contempladas as turmas dos CEF's, dos Cursos Profissionais e EFA's, em virtude de estes se regerem por critérios e legislação próprios.

ANEXO II

NEE DE CARÁTER PERMANENTE – AS NOSSAS RESPOSTAS

“ Os alunos com Necessidades educativas especiais são aqueles que, por exibirem determinadas condições específicas, podem necessitar de apoio de serviços de educação especial durante todo ou parte do seu percurso escolar, de forma a facilitar o seu desenvolvimento académico, pessoal e socioemocional.”

(Correia,2008,p.23)

A Educação Especial: as nossas respostas

Introdução

Uma Escola, que se quer inclusiva e apta para acolher e reter no seu seio todas as crianças e jovens, inserida numa sociedade democrática não pode abdicar destes três princípios basilares:

- . as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro das necessidades evidenciadas (Declaração de Salamanca);
- . É imperioso que se assegure um quadro de socialização enriquecedor em que todas as crianças aprendam a viver e a conviver com a diferença.
- . b) Ultrapassando uma perspetiva igualitarista, de pendor uniformizante, garante do acesso e sucesso educativos, importa que se assumam as diferenças e a diversidade, se trabalhe a partir delas, para que cada um possa, socialmente enquadrado, desenvolver as suas potencialidades;

O princípio da inclusão apela assim, para uma escola que tenha em consideração a criança/aluno como um todo, respeitando o desenvolvimento a três níveis primordiais: académico, socio emocional e pessoal, de forma a proporcionar-se uma educação apropriada e dirigida à maximização do seu potencial.

Objetivos

No quadro da equidade educativa, o sistema e as práticas educativas devem assegurar a gestão da diversidade, do que decorrem diferentes tipos de estratégias que permitam responder às necessidades educativas dos alunos com NEE. Neste contexto, este Agrupamento situa-se numa perspetiva claramente inclusiva, regida pelo Decreto-Lei n.3/2008, de 7 de Janeiro, reconhecendo, legitimando e impulsionando práticas educativas inclusivas.

Organização e planeamento da Educação Especial

Privilegiando a oferta de uma educação inclusiva, este Agrupamento sabe que todos os alunos têm necessidades educativas e que a todos é imprescindível possibilitar o desenvolvimento máximo das suas capacidades/potencialidades com vista a uma correta participação social, política, cultural e económica; mas distingue também este Agrupamento entre necessidades educativas decorrentes de menor apoio por parte das famílias, de menos eficaz estimulação, de problemas ligados à escolarização e necessidades educativas decorrentes de alterações em estruturas e funções do corpo com carácter permanente.

Relativamente ao primeiro grupo de alunos (com problemáticas de baixa intensidade e alta frequência), a escola disponibilizará uma maior qualidade das respostas educativas, apoios educativos, percursos alternativos e outras soluções inseridas num quadro de flexibilização e diferenciação pedagógicas.

Para dar a resposta adequada ao segundo grupo de alunos (com problemáticas de alta intensidade e baixa frequência), felizmente, menos numeroso, mas muito mais exigente em termos de apoio específico ao longo de toda a escolarização, a Educação Especial será o garante de uma resposta adequada à necessidade educativa especial de carácter permanente apresentada pela criança/aluno (colaborando na adequação do processo de ensino e de aprendizagem e na implementação das medidas educativas necessárias – artigo 16.º, DL 3/2008) e assegurará a criação de condições para a sua maior e mais ativa participação na vida escolar.

A organização e o funcionamento da educação especial constam dos documentos estruturantes do agrupamento, nomeadamente no projeto curricular do agrupamento.

Face mais visível do atendimento a alunos com necessidades educativas de carácter permanente, o Docente de Educação Especial é um professor especializado que, articulando com toda a Comunidade Educativa e trabalhando em parceria com outros técnicos, promove o potencial de funcionamento biopsicossocial dos alunos, é um facilitador em termos de socialização, acesso e sucesso educativos e faz a ponte entre a família e a escola.

Integrado numa equipa multidisciplinar, ao Docente de Educação Especial, pede-se que exerça, aliando profissionalismo a sensibilidade, as seguintes funções;

- . Diagnóstico, Planificação e Programação – desenvolvendo programas que respondam às necessidades dos alunos;
- . Prestação de apoios diretos – apoiando a formação integral do aluno;
- . Prestação de apoio indireto – apoiando o(s) professor(es) do ensino regular na elaboração e execução de programas educativos individuais; participação nos conselhos de turma/departamento na definição e avaliação das medidas educativas, nomeadamente adequações curriculares individuais e currículos específicos individuais.
- . Formação em serviço – colaborando na formação do docente do regular e dos membros da Comunidade Escolar que careçam ou desejem formação nesta área;
- . Formação parental – apoiando pais e/ou encarregados de educação, envolvendo-os no processo educativo;
- . Administração e Gestão – colaborando na elaboração de documentos uniformizados (PEI, PIT, etc.); na constituição de equipas multidisciplinares necessárias à avaliação dos alunos por referência à Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde- versão crianças e jovens; na proposta de criação de uma unidade de apoio especializado, de modo a garantir as adequações de carácter organizativo necessárias para responder às necessidades dos alunos com multideficiência;
- . Estabelecimento de parcerias e/ou entendimentos – seja com instituições de solidariedade social (ASSOL, PercursosCamp, Klifrades, e outras), seja com Centros de Recursos Especializados, seja com Associações que apoiam deficiências específicas (APPC, ACAPO, ou outras), seja com empresas que possam colaborar na formação profissional dos nossos alunos de modo a melhorar a prestação do serviço educativo na área da Educação Especial; Incrementar a parceria com os técnicos dos

centros de recursos para a inclusão; implementar a articulação entre a intervenção precoce na infância de modo a proceder à transição dos planos individuais de intervenção precoce para os programas educativos individuais.

As respostas educativas

O Atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente terá como referencial os seguintes princípios:

- . Defender sempre os superiores interesses da criança/aluno e, dentro do quadro legal, contar com a colaboração dos Pais e/ou Encarregados de Educação;
- . Ter sempre em consideração as características e necessidades concretas, rigorosamente, diagnosticadas;
- . Garantir a adequação das medidas educativas ao perfil de funcionalidade dos alunos;
- . Acautelar os materiais didáticos e os métodos de ensino adaptados e relevantes para a vida dos alunos.
- . Promover metodologias de intervenção transdisciplinares.
- . Criar ambientes que maximizem o seu potencial e que garantam interação com os pares;
- . Colocar a criança/aluno num meio mais restritivo deve prever/perspetivar a sua transição para um meio mais integrado. A colocação da criança/aluno num determinado nível de atendimento tem como objetivo educacional preparar para o nível mais integrador.

São considerados os seguintes níveis de Atendimento, partindo do menos restritivo:¹

- 1- O aluno permanece, a tempo inteiro, na sala de aula e o docente do ensino regular recebe orientações do professor do ensino especial ou de outros especialistas;
- 2- O aluno permanece, a tempo inteiro, na sala de aula e, num tempo letivo determinado, beneficia de apoio direto do professor do ensino especial que fornece, sugestões/orientações (podendo-as haver de outros especialistas) ao docente do regular.

¹ Estes níveis de atendimento pressupõem: a) acordo prévio entre o docente do regular e o docente de Educação Especial das linhas orientadoras das aulas/tarefas a realizar; b) Adequação dos currículos às realidades; c) Utilização de recursos inovadores, motivadores e eficazes; d) Apoio nas áreas específicas do PEI; Intervenção em áreas básicas de desenvolvimento; e) Reforço em áreas académicas deficitárias; f) Uso de metodologias ativas e estratégias diferenciadas e diferenciadoras.

- 3- O aluno permanece na classe regular, sendo aí apoiado pelo professor de ensino especial, podendo haver mais espaços de apoio extra aula regular.
- 4- O aluno frequenta parcialmente a sala de aula regular e a sala de apoio.
- 5- O aluno beneficia de apoio individual ou em pequeno grupo.
- 6- O atendimento a alunos portadores de problemáticas de alta intensidade e baixa frequência cujas problemáticas exigem recursos humanos, logísticos e instrumentais mais especializados e sofisticados, terão encaminhamentos diferenciados, desde que essa seja a solução que melhor defenda o seu processo de integração-inclusão-formação e haja concordância por partes dos Pais e/ou Encarregados de Educação.
- 7- Os alunos surdos, os alunos portadores de cegueira ou baixa visão podem beneficiar da frequência das escolas de referência criadas por despacho ministerial;
- 8- As respostas educativas específicas de que carecem os alunos portadores do espectro do autismo, de multideficiência ou de surdocegueira congénita poderão passar por unidades de ensino estruturado ou unidades de apoio especializado centradas neste Agrupamento ou noutro limítrofe e criadas por despacho do Diretor Regional de Educação do Centro.
- 9- Os alunos, cujas necessidades educativas especiais de carácter permanente lhes impeçam a aquisição das aprendizagens e competências definidas no currículo nacional, beneficiam de um Plano Individual de Transição (PIT), que completa o seu Programa Educativo Individual, iniciado três anos antes da idade limite de escolaridade obrigatória; este PIT, que promoverá a capacitação e a aquisição de competências sociais necessárias à inserção familiar e comunitária, prepara a transição do jovem para a vida pós-escolar, terá como pivô uma pessoa de referência (preferencialmente, o Docente de Educação Especial) e será elaborado respeitando os desejos, as ambições e as aspirações do discente e da família. A fim de otimizar as respostas educativas, o Agrupamento desenvolverá esforços no sentido de:
 - 9.1- Criar na escola-sede locais de formação que, contando com a sensibilidade dos funcionários e a colaboração estreita da pessoa de referência (sem prejuízo da colaboração de outros docentes), constituirão o primeiro contato do jovem com uma atividade profissional, preparando a sua transição para o mundo laboral;
 - 9.2- Selecionar uma bolsa de empresas, instituições ou outras que, garantindo a prossecução dum correto processo de integração-inclusão, aceitem o jovem, deem continuidade à implementação do seu PIT e encarem a

possibilidade de lhe oferecerem emprego atempadamente, dependendo do seu desempenho;

- 9.3- Continuar a parceria com a ASSOL, instituição com experiência na colocação em ambiente de trabalho e seu acompanhamento de jovens com necessidades educativas especiais, ou estabelecer novas parcerias/entendimentos com outras instituições.

- 10-As especificidades da necessidade educativa especial e os interesses da criança e da família, numa perspetiva de desenvolvimento máximo das suas capacidades/potencialidades, podem determinar a adoção de formas/níveis de atendimento a ponderar.

Na atualidade, cada vez se assume mais que o grande desafio das sociedades é o da equidade dos seus sistemas de ensino. Equidade de um sistema estruturalmente diverso e onde emergem resistências múltiplas a qualquer processo simplista de uniformização. O desafio educativo deixa de ser o das crianças e jovens em risco para passar a ser o da escola em risco de insucesso, o do sistema educativo em risco de ineficácia e o da sociedade que arrisca a sua coesão social (CNE, 2004).

ANEXO III

Plano de ação para a promoção da disciplina

1. Introdução

O aumento dos fenómenos de disrupção, indisciplina e até de violência interna à escola são inseparáveis da “...*massificação da educação escolar acompanhada da crescente complexificação, mobilidade e diversidade sociocultural das sociedades pós-industriais, que alterou também radicalmente o quadro de referências que permitia a relativa estabilidade do funcionamento da escola como instituição social e curricular*” (Roldão, 2003:35) ¹. Por outro lado, o papel do professor, tradicionalmente confinado à transmissão de conhecimentos, teve de evoluir e o professor tem hoje de ser um gestor da sala de aula, um organizador da aprendizagem, detentor de um conjunto de competências relacionais, a par das competências didáticas e das inerentes à matéria que leciona.

A indisciplina nega a educação e impede a aprendizagem. Assim há que responder a este problema, com exigência e eficácia aproveitando-o como oportunidade educativa, em que os vários interveniente assumam um clima propício para o desenvolvimento das aprendizagens e o normal desenvolvimento do processo educativo. **È neste pressuposto que toda a comunidade educativa**, (pais, alunos, professores e assistentes operacionais), deve ser mobilizada para a superação da indisciplina no Agrupamento e para a melhoria do clima educativo e de trabalho.

O presente Plano está enquadrado no Projeto Educativo do Agrupamento, respeita o seu Regulamento Interno (RI) e o Estatuto do Aluno. Não visa apenas medidas punitivas mas, sobretudo, estabelece **medidas educativas e preventivas** de comportamentos de indisciplina no espaço escolar e que se espera deste modo serem corrigidos e melhorados. Porque prevenir é sempre preferível a remediar, a grande aposta a fazer é na definição de uma estratégia exequível de prevenção.

Acresce a este fator a preocupação do desenvolvimento de uma cidadania efetiva de pleno respeito pelos outros e pelo próprio, enquanto membro de um projeto coletivo. Neste sentido, a proposta centra-se nos aspetos que têm denotado uma falta de clarificação e também como medida dissuasora, que visa corresponder a uma melhoria do processo educativo e da satisfação de todos os implicados.

¹ Roldão, M. C. (2003). *Gestão do Currículo e Avaliação de Competências: As questões dos Professores*. Lisboa: Editoria Presença.

2. Estratégias

2.1. Definição dos papéis de todos os membros da comunidade educativa

Para a melhoria do ambiente escolar disciplinado todos são chamados a colaborar – direção, docentes, não docentes, discentes (alunos) e famílias.

Pessoal docente e não docente

Os profissionais do Agrupamento devem:

- ☛ Cumprir as regras do Código de Conduta referido neste documento e as inscritas no RI;
- ☛ Fazer cumprir as regras definidas no Código de Conduta dos alunos e no RI;
- ☛ Em caso de não cumprimento das regras:
 - advertir;
 - repreender;
 - encaminhar devidamente cada caso.

Alunos

Os alunos devem:

- ☛ Respeitar as regras do Código de Conduta referido neste documento, as inscritas no RI e no Estatuto do Aluno;
- ☛ Respeitar as instruções do pessoal docente e não docente;
- ☛ Respeitar os colegas;
- ☛ Preservar os espaços e os equipamentos.
- ☛ Estar concentrados nas aulas;
- ☛ Esforçar-se para atingir o melhor desempenho;

Pais e Encarregados de Educação

Os pais e encarregados de educação devem:

- ☛ Respeitar as regras do Código de Conduta referido neste documento, as inscritas no RI e no Estatuto do Aluno;
- ☛ Exigir o cumprimento de regras de boa educação aos seus educandos;
- ☛ Salientar junto dos seus educandos a importância da autoridade dos vários agentes educativos;
- ☛ Colaborar com os docentes no cumprimento do Código de Conduta do aluno e as inscritas no RI;
- ☛ Esclarecer as suas dúvidas junto do professor titular de turma/diretor de turma;
- ☛ Conhecer, cumprir e exigir o cumprimento do Regulamento Interno e do Estatuto do Aluno.

Direção

Aos elementos da direção compete:

- Providenciar a divulgação dos Códigos de Conduta e a implementação do *Plano de ação para a promoção da disciplina*;
- Tomar as decisões finais nos casos de comportamentos incorretos de maior gravidade.

3. Código de Conduta dos Alunos

3.1. Em termos gerais, os alunos:

- Devem ser assíduos e pontuais;
- Devem respeitar os professores, assistentes operacionais e os outros alunos;
- Têm que acatar as ordens dos professores ou assistentes operacionais;
- Devem manter o mobiliário e os espaços escolares limpos e conservados;
- Não podem, em circunstância alguma, participar em lutas dentro do recinto escolar;
- Devem circular dentro dos pavilhões de forma ordeira (sem correr, empurrar, gritar, escorregar pelo corrimão,...);
- Não podem permanecer nos espaços de circulação dos pavilhões;
- Têm de aguardar pelos professores no átrio entre os pavilhões (sempre que não existam condições atmosféricas adversas);
- Têm de cumprir as regras de bom funcionamento de todos os espaços escolares (salas de aula, Biblioteca, Refeitório, Bar,...);
- Devem comunicar ao professor ou assistente operacional, sempre e logo que seja detetado material danificado;
- A utilização de bicicletas, patins ou skates dentro do recinto escolar, não é permitida;
- Devem apresentar-se em todos os espaços escolares calçados e vestidos adequadamente e devidamente compostos.

3.2. Na sala de aula:

- Os alunos devem fazer-se acompanhar de todo o material necessário;
- É totalmente interdito qualquer tipo de utilização dos telemóveis ou outros equipamentos multimédia durante as aulas. Estes deverão estar desligados e guardados dentro das mochilas ou malas;
- Devem permanecer nos seus lugares;
- É interdito comer e/ou beber, exceto água (em garrafa);

- ☛ Têm de participar de forma ordenada, pedindo autorização para intervir;
- ☛ Têm que fazer os trabalhos pedidos pelo professor e participar ativamente nas tarefas propostas;
- ☛ Têm de deixar a sala de aula limpa e arrumada;
- ☛ Os estores só devem ser manipulados com autorização dos professores;
- ☛ No início e no final de cada aula, o delegado de turma deverá cooperar com o professor na verificação do estado da sala e do seu equipamento (limpeza, material danificado ou desaparecido, etc.).

4. Código de Conduta de Pessoal docente e não docente

O Pessoal docente e não docente:

- ☛ Deve ser exemplo no cumprimento das regras estabelecidas;
- ☛ Deve ser assíduo e pontual;
- ☛ Deve conhecer bem as suas funções e os procedimentos do Agrupamento;
- ☛ Deve exercer as suas funções com empenho e profissionalismo;
- ☛ Deve cumprir as normas e as regras do Agrupamento e agir de acordo com os procedimentos instituídos;
- ☛ Deve fazer respeitar a sua autoridade;
- ☛ Deve criar condições de aprendizagem saudáveis e seguras;
- ☛ Deve atuar de imediato e comunicar sempre as situações que desrespeitem as regras estabelecidas;
- ☛ Deve garantir que os espaços utilizados fiquem limpos e arrumados;
- ☛ É interdita a utilização de telemóveis ou outros equipamentos multimédia nos espaços da aula, para uso pessoal.

5. Código de Conduta dos Pais e Encarregados de Educação

Os pais e encarregados de educação, como responsáveis pela educação dos seus educandos:

- ☛ Devem cumprir e exigir o cumprimento das regras do Agrupamento;
- ☛ Devem assegurar a pontualidade e assiduidade dos seus educandos;
- ☛ Devem providenciar para que os seus educandos se apresentem na escola com o pequeno-almoço tomado e com as regras básicas de higiene cumpridas;
- ☛ Devem manter-se informados acerca de tudo o que se relaciona com os seus educandos;

- Devem verificar regularmente a caderneta dos seus educandos e assegurar-se que tomam conhecimento de todas as mensagens da escola;
- Devem verificar regularmente o caderno diário e assegurar o cumprimento das tarefas escolares propostas;
- Devem comunicar com o titular de turma/diretor de turma sempre que julguem pertinente, nas horas estipuladas para o efeito;
- Ao entrar no recinto escolar, devem dar conhecimento da sua presença e do objetivo da mesma;
- Devem participar ativamente na gestão de problemas de disciplina dos seus educandos;
- Devem comparecer na escola sempre que a sua presença seja solicitada;
- Devem promover uma cultura de trabalho, empenho e valorização dos seus educandos;
- São responsáveis pela reparação por todos os danos causados pelos seus educandos;

6. Tipificação de infrações/medidas educativas disciplinares

6.1. Organização da resposta às infrações por níveis de gravidade

A resposta às situações de incumprimento da disciplina está organizada em três distintos níveis, correspondentes a diferentes graus das infrações. Os procedimentos a adotar e as estruturas da escola envolvidas são igualmente diferenciadas de acordo com a gravidade das situações, a idade do aluno e as respetivas necessidades educativas.

Assim, as infrações disciplinares são consideradas genericamente como: ***Moderadas ou de Grau 1, Graves ou de Grau 2, Muito Graves ou de Grau 3.***

Infrações Moderadas:

- Dão origem a advertência ou repreensão oral;
- Poderão ser comunicadas ao titular de turma/diretor de turma e/ou ao encarregado de educação;
- Não dão origem à marcação de falta;
- Não dão origem a participação disciplinar;

São resolvidas pelo professor ou pelo assistente operacional – exemplos:

- atraso;
- intervir na aula despropositadamente;
- conversar/brincar durante as aulas;
- levantar-se sem autorização;
- provocar os colegas;
- revelar atitudes desajustadas dentro da sala de aula ou noutro espaço escolar;
- sujar o espaço escolar;
- outras equiparadas.

Infrações Graves:

- ☛ Poderão dar origem à saída da sala de aula para a Biblioteca – quando aberta (escola sede) ou outra sala de aula (1.º ciclo);
- ☛ Dão origem à marcação de falta injustificada, no caso de ordem de saída da sala de aula;
- ☛ São objeto de participação disciplinar escrita;
- ☛ São sempre comunicadas ao encarregado de educação;
- ☛ Dão origem a repreensão escrita;
- ☛ Poderão dar origem a serviço comunitário e/ou a suspensão.

São comunicadas ao docente titular de turma/diretor de turma/Diretor, para análise e aplicação de medida(s) disciplinar(es), de acordo com o RI – exemplos:

- reincidência regular em qualquer das infrações ligeiras;
- entrada e saída da sala de aula aos gritos e empurrões;
- usar linguagem imprópria;
- não acatar as ordens do adulto;
- escrever, rabiscar ou desenhar nas paredes ou mobiliário ou qualquer outra parte do edifício ou danificar material escolar;
- utilizar qualquer meio multimédia não autorizado pelo professor;
- não cumprir as regras dos espaços (refeitório, biblioteca, pavilhão, etc.);
- participar em lutas e gritarias no recinto escolar;
- correr ou gritar nos corredores da escola;
- agredir verbal ou fisicamente os colegas.
- outras equiparadas

Infrações Muito Graves:

- ☛ Dão origem a ordem de saída da sala de aula ou de outros locais onde se desenvolva o trabalho escolar;
- ☛ Dão origem à marcação de falta injustificada;
- ☛ O aluno é encaminhado imediatamente à Biblioteca (escola sede) e, em situações que o justifiquem, ao gabinete da direção;
- ☛ São comunicadas imediatamente ao encarregado de educação;
- ☛ Dão origem à instauração de procedimento disciplinar e à aplicação de medida disciplinar sancionatória.

As medidas educativas disciplinares são decididas pelo Diretor do Agrupamento – exemplos:

- reincidência em qualquer das infrações graves;
- recusa no cumprimento de qualquer uma das medidas educativas que lhe seja aplicada;

- roubo/furto;
- ofensas verbais para com professores, funcionários ou colegas;
- discriminação, provocação/coerção;
- perseguição, ameaças/intimidação (pares, professores e funcionários);
- violência física;
- humilhação pública ou privada (ex. utilização de imagens tiradas na escola);
- destruição da propriedade pessoal;
- reincidência na utilização indevida do material multimédia;
- outras equiparadas.

6.2. Medidas imediatas de resposta a situações de comportamentos incorretos

- ☛ Independentemente da sua gravidade, as situações de indisciplina deverão, em primeiro lugar e sempre que possível, ser resolvidas pelos professores ou pelos assistentes operacionais. Quando a situação o exigir ou o aconselhe, deverá ser o professor titular de turma/diretor de turma a resolver os casos de indisciplina;
- ☛ Os alunos que não cumpram, reiteradamente, as regras de disciplina serão encaminhados para a Biblioteca.
- ☛ A utilização de telemóveis e de outros equipamentos multimédia durante as atividades letivas será penalizada de forma particular. O aparelho será retirado ao aluno e entregue na direção. O equipamento só será devolvido, pessoalmente, ao respetivo encarregado de educação. Será assinado documento comprovativo da entrega/ devolução.
- ☛ Em casos de incumprimento disciplinar muito graves (Grau 3), os alunos serão levados de imediato ao gabinete da Direção. Será chamado à escola, com a máxima urgência, pelo professor titular de turma/diretor de turma, o encarregado de educação para tomar conhecimento do comportamento do seu educando;
- ☛ Nestes casos, será aplicada ao aluno, pelo Diretor, uma medida disciplinar sancionatória adequada;
- ☛ Nos casos mais graves, nos termos do Regulamento Interno da Escola e de acordo com o Estatuto do Aluno vigente será instaurado procedimento disciplinar e, no tempo mais curto possível, o aluno deverá ser objeto de uma medida disciplinar sancionatória;

6.3. Deslocação dos alunos para a Biblioteca

- c) Os alunos expulsos da sala de aula por motivos disciplinares podem ser encaminhados para a Biblioteca desde que acompanhados de uma tarefa a desenvolver.

- d) A situação específica do aluno deve ser comunicada à assistente ou a outro elemento da equipa educativa da Biblioteca pelo assistente ou professor que o acompanha.
- e) Aos alunos nesta situação é interdito o uso de computadores, equipamentos multimédia e Internet.
- f) Os alunos nesta situação ficam sujeitos às Normas de Funcionamento da Biblioteca e o desrespeito de qualquer norma implica a comunicação imediata do facto à Direção.

7. Medidas de informação e prevenção a tomar no início do ano letivo

- ☛ O Plano Anual de Atividades deverá incluir atividades relacionadas com a questão da (in)disciplina;
- ☛ Na disciplina de Formação Cívica serão obrigatoriamente abordadas as regras de bom comportamento e de boa educação, o Código de Conduta e o RI;
- ☛ Sensibilização dos professores titulares de turma/diretores de turma para uma especial atenção ao comportamento disciplinado dos alunos, logo no início do ano letivo;
- ☛ Informação aos alunos pelos professores titulares de turma/diretores de turma, em aula, e com registo no sumário, das regras de comportamento, bem como das consequências dos comportamentos incorretos (análise do RI);
- ☛ Afixação de cartazes de sensibilização para um comportamento adequado;
- ☛ Informação aos encarregados de educação pelos titulares de turma/diretores de turma, em reunião e com registo em ata, das regras de comportamento e dos Códigos de Conduta, bem como das consequências do seu incumprimento (RI);
- ☛ Informação/divulgação ao Pessoal Docente e Não Docente do *Plano de ação para a promoção da disciplina* e dos seus objetivos;
- ☛ Leitura de ordem de serviço, aos alunos, no início do ano letivo sobre a necessidade de cumprimento do *Plano para a promoção da disciplina*;
- ☛ Abordagem do problema dos comportamentos incorretos e do *Plano de ação para a promoção da disciplina* em todas as oportunidades de comunicação entre a comunidade educativa: reuniões do conselho geral, da direção com os pais e encarregados de educação, reuniões de departamento, de grupo disciplinar, de ano, de titulares de turma/diretores de turma e de conselho de turma;
- ☛ Divulgação do *Plano de ação para a promoção da disciplina* a toda a comunidade escolar, nomeadamente através da plataforma moodle e do portal do Agrupamento.

8. Observatório da disciplina

8.1. Objetivos

O Observatório da Disciplina, constituído por, além de um elemento da Direção, um docente de cada nível de ensino, um representante dos assistentes Operacionais, um representante dos pais e encarregados de educação, um aluno, um elemento dos SPO, um elemento da CPCJ e um representante dos Diretores de Turma, tem os seguintes objetivos:

- Fazer o levantamento e a caracterização das ocorrências disciplinares no Agrupamento e o seu tratamento estatístico, tentando encontrar indicadores que permitam a interpretação do fenómeno;
- Fazer o levantamento das soluções adotadas para ultrapassar os problemas disciplinares e dos seus resultados;
- Criar mecanismos que permitam a monitorização dos casos de infração disciplinar, bem como das boas práticas;
- Promover a divulgação das boas práticas e apoiar a comunidade educativa na seleção e implementação de medidas de promoção da disciplina.

8.2. Estratégias / Atividades

- Disponibilização on-line de “Ficha de Ocorrência”;
- Criar mecanismos de deteção/inventariação dos problemas de indisciplina;
- Fazer o levantamento de todas as participações disciplinares;
- Implementar de um formulário de participações on-line;
- Fazer o levantamento das medidas mais comuns adotadas pelos professores titulares de turma/diretores de turma e direção para resolução de situações de comportamentos incorretos.
- Fazer o levantamento dos locais onde se verificam, mais frequentemente, problemas de indisciplina;
- Implementação de uma ficha para reflexão do aluno sobre o conflito em que se envolveu – levar o aluno a refletir sobre o seu comportamento;
- Apresentar relatórios trimestrais com a caracterização da situação e um relatório no final do ano letivo com o inventário das medidas adotadas, propostas de medidas a reforçar ou a implementar na escola

9. Disposições finais

Em tudo o que não estiver explicitado neste documento aplica-se a legislação em vigor e o RI do Agrupamento.

10. Avaliação

A aplicação deste Plano e os resultados alcançados com a respetiva implementação serão objeto de avaliação no quadro da avaliação interna do Agrupamento.